



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO DELTA DO PARNAÍBA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO À EQUIDADE NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR EQUIDADE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
ÁREA: CIÊNCIAS DA NATUREZA**

PARNAÍBA - 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO À EQUIDADE NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR EQUIDADE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
ÁREA: CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza (Parfor Equidade) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (Campus Ministro Reis Velloso), no município de Parnaíba – Piauí, a ser implementado/implantado em 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

REITORIA

João Paulo Sales Macedo - Reitor
Vicente de Paula Censi Borges - Vice-Reitor

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Moyses Barbosa da Silva Filho - Prefeito Universitário
Cátia Regina Furtado de Costa - Biblioteca Central Cândido Athayde
Arethusa Dantas Pereira - Escola de Aplicação Ministro Reis Velloso

PRÓ-REITORIAS

Antonio Liuésjhon dos Santos Melo - Pró-Reitor de Planejamento
Leonardo Costa e Silva - Pró-Reitor de Administração
Aurélio Vinicius Araujo Silva - Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo - Pró-Reitora de Ensino e Graduação
Jefferson Soares de Oliveira - Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
Francisco Jander de Sousa Nogueira - Pró-Reitor de Extensão
Gilvana Pessoa de Oliveira - Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Valberto Barroso da Costa - Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação

**PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO À EQUIDADE NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR EQUIDADE**

**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – ÁREA CIÊNCIAS DA
NATUREZA**

Coordenação Institucional do Parfor - UFDPAr

Profa. Dra. Maria Patrícia Freitas de Lemos

Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências da Natureza

Prof....

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Profa. Dra. Lucélia Costa Araújo

Profa. Ma. Dalva de Araújo Menezes

Prof. Dr. Osmar Rufino Braga

Profa. Dra. Rosana Aquino de Souza

Profa. Dra. Valdevane Rocha Araújo

Prof. Dr. Josenildo de Souza e Silva

Professoras Colaboradoras:

Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Beserra Soares

Profa. Dra. Maria Patrícia Freitas de Lemos

ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO

Portaria UFDPAr N° 627, de 07 de Dezembro de 2023

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Universidade Federal do Delta do Parnaíba

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Delta do Parnaíba

SIGLA: UFDPAr

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 33.519.114/0001-00

ENDEREÇO: Av. São Sebastião, 2819, bairro Nossa Sra. de Fátima, Cep: 64202-020

CIDADE: Parnaíba - PI

TELEFONE: (86) 3323-5125

E-MAIL: ???

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufdpar.edu.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO:

Licenciatura em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza

CÓDIGO DO CURSO:**CRIAÇÃO DO CURSO:**

Resolução Nº

Publicação:

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC Nº

Publicação:

TÍTULO ACADÊMICO:

Masculino: Licenciado em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza

Feminino: Licenciada em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza

MODALIDADE:

Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 4 anos

Média: 5 anos

Máximo: 6 anos

Para alunos com necessidades educacionais especiais: 8 anos

ACESSO AO CURSO:

Processo seletivo especial de acordo com Edital específico da UFDPAr

REGIME LETIVO:

Créditos (disciplinas ofertadas semestralmente no período de férias dos professores cursistas)

VAGAS:

50 vagas por ano???

TURNO DE OFERTA:

Integral (matutino e vespertino)

ESTRUTURA CURRICULAR:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias		
Disciplinas Optativas		
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório		
Atividades Complementares		
Atividades Curriculares de Extensão (ACEX)		
TOTAL		

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

- 1.1 Justificativa
- 1.2 Contexto regional e local
- 1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFDPAr e do Curso

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

- 2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso
- 2.2 Objetivos do curso
- 2.3 Perfil do egresso
- 2.4 Competências e Habilidades
- 2.5 Perfil do corpo docente

3 PROPOSTA CURRICULAR

- 3.1 Estrutura e organização curricular
 - 3.1.1 Prática como componente curricular (específico para cursos de licenciatura)
- 3.2 Fluxograma (disciplinas)
- 3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão
- 3.4 Metodologia

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

- 4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão
- 4.2 Apoio ao discente

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

- 5.1 Avaliação da aprendizagem
- 5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

- 6.1 Disciplinas obrigatórias
- 6.2 Disciplinas optativas

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

- 7.1 Local de funcionamento e infraestrutura física
- 7.2 Infraestrutura acadêmica
- 7.3 Biblioteca

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

- 8.1 Cláusula de vigência
- 8.2 Equivalência entre projetos pedagógicos

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do Campo na área de Ciências da Natureza configura proposta que atende ao disposto no Edital nº 23/2023 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) visando a seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES) para a oferta de vagas para a formação de professores em Cursos de Licenciatura que atendem a estratégia 15.5 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, a saber: “implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial”.

Tal iniciativa resulta de uma parceria da CAPES, por meio do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR Equidade), e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI). Nesse âmbito, nosso curso visa formar docentes para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, ministrando disciplinas na área de Ciências da Natureza em escolas do e no campo. Para isso, além da modalidade especial de oferta do curso, conforme a sistemática adotada no PARFOR, suas atividades didático-pedagógicas terão como eixo teórico norteador a Pedagogia da Alternância, considerando a importância das experiências formativas a serem vividas pelos discentes no Tempo Universidade (TU) e no Tempo Comunidade (TC).

Trata-se, portanto, de um curso que visa formar docentes que atuarão de maneira crítica e reflexiva na efetivação de práticas educativas coerentemente contextualizadas, que não apenas dialoguem com a realidade do campo, mas que tenham essa realidade como pontos de partida e de chegada das suas experiências formativas. Valorizar os sujeitos do campo, suas formas de viver e de se relacionar com a natureza, bem como suas necessidades formativas e demandas sociais constitui eixo norteador do itinerário formativo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Assim, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 1996, a proposta pedagógica do curso atende às orientações constantes na Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, e a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica

e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Além destes, outros instrumentos legais que orientaram a elaboração deste projeto foram: Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; e a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

O projeto está constituído por seções que representam parte integrante e relevante para a composição do curso. Na primeira parte, trata-se da introdução trazendo a justificativa para a realização do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com posterior contexto de cunho regional e local, tendo uma visão da amplitude que o curso poderá abranger em sua oferta e ao final da seção, vem o histórico e estrutura organizacional da UFDPAr e do Curso.

Na seção seguinte, discorre sobre a concepção do curso, com seus princípios e especificidade, objetivos e perfil do egresso. Para alinhar a este contexto, dialoga também com as competências e habilidades do educando na promoção de qualificá-lo às suas necessidades de conhecimento como também fala sobre o perfil do egresso, fato de grande relevância para se ter um egresso condizente à proposta profissional que irá se deparar no futuro.

As propostas curriculares e políticas institucionais, são as próximas seções respectivamente. Ambas dialogam a princípio sobre a estrutura e organização curricular, alinhando a estrutura da Educação do e no Campo. Ainda nesta, traz o fluxograma das disciplinas e sua distribuição entre estágios, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão de curso, com ênfase na metodologia de ensino que irá permear em todo o curso. As políticas institucionais, vêm ressaltando sobre o tripé pesquisa, ensino e extensão.

A sistemática de avaliação é o próximo item a ser tratado na seção cinco, trazendo a forma de avaliação e seus critérios estabelecidos conforme a legislação da universidade e proposta do curso, como também a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso para seu aprimoramento futuro. A relação das disciplinas obrigatórias e optativas, vem sendo articulada na seção seguinte, trazendo todo o ementário e sua bibliografia básica e complementar para que tanto o discente como o docente tenham acesso na condução de novos conhecimentos sobre as determinadas disciplinas.

A infraestrutura física e instalações acadêmicas, também vem sendo mostrado no projeto, de forma que está alinhada com tudo o que a instituição já tem para ofertar e ainda se adaptar às necessidades que o curso requer. Há também um acervo bibliográfico constituído na biblioteca da IES. Ao final do projeto, traz as disposições transitórias.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza do Parfor na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) se constitui como possibilidade real de atender a demandas que emergem das especificidades da atividade docente em escolas do e no campo. Trata-se de um curso voltado para a formação docente essencialmente articulada com a realidade educacional do campo, respeitando as necessidades e experiências vividas pelas comunidades onde os profissionais egressos do curso já atuam ou irão atuar.

A trajetória histórica da educação do e no campo no Brasil revela que essa modalidade de educação é forjada a partir da luta por políticas públicas educacionais voltadas para a população do campo, empreendida pelos movimentos e organizações sociais do campo. A própria implantação de cursos de formação docente em educação do campo nas universidades reflete os avanços alcançados pela mobilização de movimentos e organizações sociais que resultou na elaboração de instrumentos, dispositivos legais e políticas públicas voltadas para esta área.

Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, a realização de encontros e conferências nacionais que mobilizaram educadoras e educadores do campo de todo o território nacional, bem como experiências ligadas ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), levaram à concepção e a implementação de outras políticas públicas como é o caso da criação, em 2007, do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) que apoia a implementação dos cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior.

Por sua vez, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), estruturado pelo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, destaca o “desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo”. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFDPAr se insere, portanto, nesse esforço coletivo para concretizar processos educativos que considerem as condições de vida produzidas pelos sujeitos que vivem no campo.

Além disso, a oferta de cursos de licenciatura voltados especificamente para a educação do campo é condição fundamental para a efetivação dos demais princípios dessa modalidade

educacional, sobretudo o que diz respeito à “valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo [...]”. Assim, por meio da oferta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, a UFDPAr contribui para a formação de profissionais capazes de atuar pedagogicamente situados nos tempos e espaços que determinam a educação do e no campo, respeitando a identidade e a diversidade daqueles que constituem a comunidade escolar.

Segundo Caldart (2002), o movimento por uma educação do campo se vincula a outras lutas, em favor de transformações que garantam melhores condições de vida para a população camponesa. Nesse sentido, as condições materiais de vida e de educação no campo não podem ser desconsideradas, constituindo a base sobre a qual se desenvolvem as atividades didático-pedagógicas do curso no Tempo Comunidade.

A conexão entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade se justifica pela impossibilidade de educar o povo sem modificar as condições que o desumaniza. Assim, o presente curso busca atender às necessidades postas pela formação humana considerando a realidade do campo e o potencial de transformar a qualidade de vida dos camponeses e da educação básica ofertada nesse cenário que conta com escolas do e no campo funcionando, muitas vezes, em condições objetivas e subjetivas precárias.

A título de exemplo, Silva, Foschiera e Cabral (2023) destacam que os desafios postos à educação do e no campo incluem: insuficiência dos recursos financeiros destinados a essas escolas; ensino com abordagem pedagógica predominantemente tradicional e desarticulada dos princípios que norteiam a educação do campo; falta de formação continuada de professores; transporte escolar precário, além de estrutura física limitada e fechamento de muitas escolas. Portanto, promover a formação de professores numa perspectiva que respeite e valorize as especificidades e os princípios próprios à educação do e no campo é uma necessidade urgente se vislumbramos a possibilidade de construir uma educação verdadeira transformadora e emancipatória.

Conforme o disposto no Artigo 2º da Resolução CNE/CEB nº 1 de 2002, a identidade da escola do campo se define:

[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Nossa proposta de curso parte da premissa de que a escola é um organismo vivo e sua identidade se constitui, sobretudo, pelas pessoas que nela se relacionam, ensinando, aprendendo e transformando sua realidade. Assim, é imperativo promover a formação de professores do campo pensando nas identidades das escolas campesinas e de seu público-alvo.

Dados do Educacenso de 2023 revelam que no Brasil temos mais de 1.600.000 alunos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio de escolas públicas localizadas na zona rural, o que corresponde a mais de 10% do total de alunos das referidas etapas. No Piauí, estado sede da UFDPAr, esse número atinge mais de 48 mil alunos e corresponde a mais de 18% do total matriculado nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Além disso, de acordo com o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, a escola do campo é “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente às populações do campo”. Assim, a oferta deste curso se justifica pela existência de um cenário local e regional que demanda a formação docente voltada especificamente para a realidade das escolas do campo.

No que diz respeito à concentração do curso na Área Ciências da Natureza, o mesmo visa contribuir para minimizar os desafios postos cotidianamente ao professor que não conta com uma formação adequada à complexidade do trabalho docente no sentido amplo e ao ensino de áreas específicas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Na Tabela 1 é possível verificar dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre a adequação da formação docente em 2022.

Tabela 1 - Professores que não integram o Grupo 1 das categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona (%)

	Anos finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Piauí	41,7	73	31,7	37,8
Maranhão	57,9	86,2	38,3	57,3
Ceará	41,5	69,2	33,9	43,9

Fonte: INEP (2022)

Segundo o Inep, por meio da Nota Técnica nº 1, de 2021, o Grupo 1 é constituído por professores que lecionam em áreas para as quais os mesmos possuem formação em cursos de licenciaturas específicas. Assim, na tabela acima consta o percentual de professores que não possuem essa formação em escolas da zona urbana e da zona rural nos estados que abrangem o território de atuação da UFDPAr.

Podemos verificar que o percentual de professores que não possuem essa formação é evidentemente maior em escolas da zona rural do que em escolas da zona urbana, nos três estados. O curso de Licenciatura em Educação do Campo Área Ciências da Natureza da UFDPAr constitui possibilidade real de diminuir esse índice e melhorar a qualidade do ensino realizado nas escolas do e no campo, bem como contribuir para a valorização do magistério nesse cenário.

Assim, o curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFDPAr considera as particularidades que determinam como esse tipo de educação se efetiva no seu território de abrangência que contempla aproximadamente 78 municípios nas regiões dos Lençóis Maranhenses, Serra da Ibiapaba no Ceará, além do Território da Planície Litorânea no Piauí.

1.2 Contexto regional e local

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) está situada no extremo norte do Estado do Piauí, na cidade de Parnaíba-PI (339 km de Teresina, capital do Piauí). O município possui uma população estimada, em 2021, de 162.159 mil habitantes (IBGE, 2022), sendo o segundo mais populoso do Estado. A cidade de Parnaíba possui belezas naturais, algumas dotadas de grande valor histórico para o Piauí. Nas proximidades do centro comercial, na região denominada de Porto das Barcas, existem inúmeros imóveis históricos. O município desponta como importante centro turístico piauiense, sendo uma base de apoio para quem deseja conhecer o litoral do Piauí, o Delta do Rio Parnaíba, os Lençóis Maranhenses e a Costa Oeste do Estado do Ceará (UFDPAr, 2020).

Parnaíba é a maior cidade da região deltáica, considerada o centro receptor e difusor do desenvolvimento da região. O Delta do Parnaíba possui cerca de 80 ilhas fluviais ao longo da foz do rio que lhe dá nome e que se ramifica em cinco grandes braços, sendo o único delta em mar aberto das Américas. Sua região unifica, por suas características históricas geográficas, biológicas e até mesmo sociais, econômicas e culturais, regiões pertencentes aos estados do Ceará, Piauí e Maranhão.

Imagem 1 - Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba



Fonte: SILVA et al. (2021)

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) se firma como a mais importante instituição acadêmica e científica do norte do estado do Piauí, com cobertura de abrangência regional dos municípios no Ceará até o limite da Serra da Ibiapaba e no Maranhão até a região dos Lençóis. Esta IES está, pois, posicionada estrategicamente, numa região que envolve dois importantes territórios de desenvolvimento: o Território da Planície Litorânea e o Território dos Cocais, perfazendo um total populacional de 265.247 habitantes (IBGE/2010). Desse total, 75.551 vivem na área rural, o que corresponde a 28,49% do total da população.

O território Planície Litorânea é composto de 11 municípios: Parnaíba, Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia, Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves e Murici dos Portelas. Segundo dados do CEPRO/SEPLAN (2019), o mesmo apresentou, em 2019, como principal grupo de atividades econômicas o setor de serviços, representando 47,5% do produto do território e suas principais atividades foram: comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; atividades imobiliárias e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares. Contudo, segundo estudos do SEBRAE (2019), o território apresenta grande potencial no que concerne à Agroindústria, Comércio e Serviços; Empreendedorismo e Inovação; Turismo e Cultura. Assim destaca a instituição, no que tange à agricultura:

Além da agricultura familiar, plantio do feijão, mandioca, milho e frutas diversas, a região possui uma diversidade de culturas, a exemplo da bovinocultura do leite (Caxingó e Caraúbas do Piauí); a plantação de arroz (Buriti dos Lopes, Joaquim Pires,

Luzilândia e Joca Marques); e a piscicultura intensiva (Buriti dos Lopes, Luzilândia, Joaquim Pires e Murici dos Portelas). No extrativismo vegetal, o destaque é para o Pó da Carnaúba (Caxingó, Buriti dos Lopes, Luzilândia e Caraúbas do Piauí) e em Parnaíba é a exportação de cera de carnaúba, óleo de babaçu, gordura de coco, folha de jaborandi, castanha de caju, algodão e couro. A cajucultura tem grande oportunidade de destaque a depender da sua organização (SEBRAE, 2010, p. 16).

Um dos grandes desafios para avançar o desenvolvimento socioeconômico-ambiental no território Planície Litorânea é o enfrentamento da situação da educação da população rural. Estudos compilados por Maria de Jesus Gomes de Lima (2014) revelaram números não muito animadores quanto ao acesso à escola, sobretudo, entre os adultos. Cinquenta por cento dos domicílios, pessoas com mais de 15 anos são alfabetizadas e esses valores são refletidos por parte dos adultos, retornando à sala de aula através do Programa Educação de Jovens e adultos, desenvolvido pelo Governo do Estado. Os outros 50% não são alfabetizados, um número ainda elevado. Portanto, o desafio de erradicar o analfabetismo nessa faixa etária requer iniciativas direcionadas aos jovens das regiões menos desenvolvidas do país, como o Território Rural Planície Litorânea no Piauí.

O Território Cocais abrange uma área de 17.780,40 Km² e é composto por 22 municípios: Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Lagoa de São Francisco, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Milton Brandão, Morro do Chapéu do Piauí, Pedro II, Piracuruca, Piri-piri, Porto, São João da Fronteira, São João do Arraial, São José do Divino, Domingos Mourão e Nossa Senhora dos Remédios. A população total do território é de 374.139 habitantes, dos quais 173.593 vivem na área rural, o que corresponde a 46,40% do total. Possui 28.727 agricultores familiares, 5.977 famílias assentadas e 8 comunidades quilombolas. Segundo dados do CEPRO/SEPLAN (2019), o território apresentou PIB de R\$ 3,608 bilhões, representando 6,8% do PIB estadual, e experimentou crescimento nominal de 8%.

Em termos de potencialidades, destacadas pelo órgão, temos: Agroindústria - aguardente de cana, cajuína, óleos vegetais; Artesanato - palha, tecelagem, alumínio, joias; Avicultura. Bovinocultura - corte, leite; Cajucultura; Energia Eólica; Extrativismo - babaçu, carnaúba, jaborandi; Horticultura; Indústria do Vestuário; Mineração - opala, argila, pedras e rochas ornamentais; Ovinocaprino-cultura; Piscicultura; Suinocultura; Turismo - arqueológico (Parque Nacional de Sete Cidades), ecoturismo, rural e de eventos.

Além destes dois territórios, situados na região norte do estado do Piauí, a UFDPa recebe estudantes da Microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú, situada no estado do Ceará, território ligado à Mesorregião Noroeste Cearense. Sua população foi estimada em 2005 pelo

IBGE em 347.331 habitantes e está dividida em 12 municípios (Acarauá, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis e Morrinhos). Possui uma área total de 8.666,728 km².

Do mesmo modo, a UFDPAr também acolhe estudantes egressos das escolas públicas do Maranhão, principalmente do Território Baixo Parnaíba, situado na Mesorregião Leste do estado do Maranhão. Apenas o município de Tutóia faz parte da Mesorregião Norte. O Baixo Parnaíba limita-se ao norte com o oceano Atlântico e a Mesorregião Norte, ao sul com a Mesorregião Leste, a oeste com a Mesorregião Norte e a Leste com o estado do Piauí. Compreendem os municípios de São Benedito do Rio Preto, Urbano Santos, Belágua, Chapadinha, Mata Roma, Anapurus, Brejo, Buriti, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo, Milagres do Maranhão, Magalhães de Almeida, Santana do Maranhão, Água Doce do Maranhão, Tutóia e Araióses. São 16 municípios que abrangem uma área de 19.178,80 Km².

Estudo de Lisboa, Sousa, Santos, Miranda (2021) nos revelam que o território do Baixo Parnaíba/MA abrange municípios que são dotados de singularidades e apresentam um grupo diverso, sendo famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, tais como aqueles que são reconhecidos como Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), que possuem diferentes formas de organizações e de ocupação do território, o que gera embate frente ao avanço do capital e industrialização no campo, uma vez que lutam pela sobrevivência e preservação de sua cultura e identidade.

O território vem sofrendo os impactos da implantação do Projeto MATOPIBA, projeto esse que vem culminando uma nova ou a última fronteira agrícola na região e afetando o bioma predominante, o cerrado. Esse projeto abarca parte dos territórios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, onde a exploração para o agronegócio foi iniciada nos anos 1980 e elevada a cada ano, transformando esse bioma natural em uma grande lavoura de monocultura, nas quais destacam-se a soja e o eucalipto. As comunidades vêm sendo cada vez mais encurralados por um modelo de produção que privilegia o lucro advindo da exportação, e se tipifica pela monocultura, destruindo a natureza e expulsando essas comunidades (AZEVEDO et al, 2016).

Lisboa, Sousa, Santos, Miranda (2021) mostram ainda que a população rural de dez municípios que estudados desse território, se sobrepõe à população urbana, apresentando uma grande parcela de indivíduos e famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, dentre elas indivíduos e famílias pertencentes a seis grupos distintos de Povos e Comunidades Tradicionais, dos quais destacam-se os Quilombolas, Extrativistas, Agricultores Familiares, Pescadores Artesanais, Ciganos, Ribeirinhos, Famílias pertencentes a Terreiros. O setor da agricultura familiar, responsável pela reprodução da população, é o mais impactado,

tendo em vista que os conflitos socioambientais estão ligados sobretudo às formas de apropriação e privatização do território. Consta-se que o agronegócio se sobrepõe à economia do tipo familiar, o cerceamento da terra, a degradação do solo, que ocasiona a baixa produtividade para aqueles que sobrevivem diretamente da produção agrícola.

A relevância do curso se evidencia ainda quando dados do Censo Agropecuário de 2017 realizado pelo IBGE revelam que dos 1.269 produtores rurais recenseados no município de Parnaíba, sede da UFDPAr, 329 nunca frequentaram a escola e apenas 63 tiveram acesso à graduação (IBGE, 2019). Trata-se, portanto, de um curso que valoriza as particularidades da sua população local e regional, podendo favorecer com seu desenvolvimento econômico, político e cultural. Mais que isso, o curso proposto insere-se como uma estratégia de enfrentamento ao processo de desmonte da educação do campo, na rede pública piauiense, considerando que, segundo estudos de Santana, Medeiros e Gonçalves (2020), as matrículas da rede municipal na zona rural do Piauí tiveram uma queda de 39,9%, entre os anos de 2008 a 2019. As autoras referidas, mostram como esse desmonte expressou-se nas séries iniciais e finais do ensino fundamental, e no ensino médio, no período mencionado: a redução foi de 50,3%, 20,7% e 98,4%, respectivamente.

Considerando, pois, o contexto dos territórios situados nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará, suas potencialidades aqui brevemente apresentadas, bem como o desafio de responder à problemática do desmonte da educação do campo, caracterizado na queda de matrículas da rede municipal na zona rural do Piauí e na expulsão das populações e povos originários pelos grandes Projetos (MATOPIBA, Eólicas, Agronegócio), visualizamos um total 61 municípios (33, no Piauí; 12, no Ceará e 16, no Maranhão) que apresentam demandas urgentes no campo da formação docente voltada para o campo, formação essa que pretende contribuir para diminuir os altos índices de analfabetismo, vulnerabilidade, extrema pobreza e de falta de oportunidades, principalmente para os povos do campo, historicamente destituídos de seus direitos básicos.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFDPAr e do Curso

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) criada pela Lei nº 13.651 de 11 de abril de 2018 (código e-MEC nº 25277), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), é uma instituição pública federal de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação, com natureza jurídica de autarquia, mantida pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (código e-MEC nº 17818).

A instituição tem sua origem na Faculdade de Administração do Piauí, que foi autorizada a funcionar pelo Parecer nº 57, de 07 de fevereiro de 1969 e Parecer nº 900, de 16 de dezembro de 1970, ambos do então Conselho Federal de Educação (CFE). A Fundação Educacional de Parnaíba, criada em 04 de junho de 1966 foi a entidade mantenedora da Faculdade de Administração.

Sua instalação ocorreu em 03 de março de 1969. Posteriormente, em 01 de março de 1971, veio a ocorrer a incorporação da Faculdade de Administração do Piauí à Universidade Federal do Piauí (UFPI). Dentre os desafios de então estavam o crescimento da infraestrutura e do número de cursos superiores no município e essa ocorrência visava atender os anseios da região.

A construção da infraestrutura do futuro Campus, posteriormente denominado Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), teve início em 11 de outubro de 1971, porém somente no dia 6 de setembro de 1975 o Curso de Administração de Empresas começou a funcionar em suas novas instalações, situado na Avenida São Sebastião, endereço atual da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). Estas obras foram concluídas em 1978, permitindo a implantação dos cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Licenciatura Plena em Pedagogia-Magistério.

Em setembro de 1992 o CMRV foi equiparado a Centro de Ensino na estrutura organizacional da UFPI. Em 1997, o CMRV, através da Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG), passou a ofertar cursos de Especialização nas áreas de Matemática, Metodologia do Ensino Superior, Administração de Pequenas e Médias Empresas e de Administração de Organizações Educacionais, dentre outros.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPI 2005-2009, visando atender as expectativas da sociedade brasileira apresentou e realizou o “Projeto de Expansão” da UFPI, com a criação de sete novos cursos no CMRV, fixando-o como polo de referência em Ensino Superior na sua região de influência. Em 2007, a UFPI aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais (REUNI, 2007), que acrescentou à sua oferta os cursos superiores de Biomedicina, Turismo, Fisioterapia, Engenharia de Pesca, Psicologia, Biologia e Matemática e, a partir de 2014, o curso de Medicina. Quanto à Pós-graduação, possui 6 (seis) Programas de Pós-graduação em atividade, cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado),

Em 11 de abril de 2018 com a publicação da Lei nº 13.651, cria-se UFDPAr por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Em 12 de dezembro de 2019, o

Ministério da Educação (MEC) oficializou a criação desta e de outras quatro novas universidades federais com a posse de seus reitores *pro tempore*.

Em 08 de outubro de 2021, o Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou na Resolução nº 07/2021, o marco inicial para a efetiva implantação da estrutura administrativa, com a aprovação da estrutura organizacional e distribuição dos cargos de direção, funções gratificadas e funções comissionadas das coordenações dos cursos da UFDPAr.

Conforme consta em seu Estatuto, aprovado pela Portaria nº 342, de 21 de junho de 2021, constitui-se como Missão da UFDPAr: formar profissionais, produzir e socializar conhecimento científico com ética e inovação comprometidos com o desenvolvimento da excelência no ensino, pesquisa e extensão para atuar com qualidade na sociedade e promover transformações sociais, políticas, inclusivas e sustentáveis, constituindo-se como instituição estratégica para as questões regionais, nacionais e internacionais.

Para o alcance dos seus objetivos, a UFDPAr conta com a seguinte estrutura organizacional:

Imagem 2 - Organograma da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)



Fonte: ufdpar.edu.br

Conforme consta na Imagem 2, além da Reitoria e dos Conselhos Superiores, a UFDPAr tem suas atividades administrativas e didático-pedagógicas organizadas em Comitês e

Comissões Permanentes, Órgão Suplementares, Unidades Administrativas de Graduação, Unidades Administrativas de Pós-Graduação e Unidades Especiais.

No que diz respeito especialmente às Pró-Reitorias, tratam-se de oito que contemplam as seguintes áreas: Administração (PRAD), Planejamento (PROPLAN), Gestão de Pessoas (PROGEP), Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC), Assuntos Estudantis (PRAE), Ensino de Graduação (PREG), Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPOPI) e Extensão (PREX). O curso aqui proposto estará diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PREG), mas contará com as demais unidades da instituição para seu pleno funcionamento. Atendendo ao disposto no Edital nº 23/2023 da CAPES, que orientou a presente proposta, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFDPAr vai contar também com Coordenação Institucional, Coordenação Adjunta no Âmbito da proposta de Equidade, Coordenação de Curso e Coordenação Local.

Um aspecto que merece destaque no âmbito institucional para a oferta desse curso diz respeito à experiência da Universidade Federal do Piauí (UFPI) na oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo. Essa instituição, que foi tutora da UFDPAr até 2023 e com a qual foi celebrado termo de parceria técnica até 2024, já tem experiência na oferta desse curso. Nas cidades de Teresina (Centro de Ciências da Educação), Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros) e Floriano (Campus Amílcar Ferreira Sobral) o curso é ofertado na área de Ciências da Natureza. Em Picos, (Campus Professora Cinobelina Elvas), o curso é ofertado na área de Ciências Humanas e Sociais.

Não obstante, a UFPI também apresenta vasta experiência junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) desde a sua implementação na instituição em 2010. Atualmente, no âmbito do PARFOR da UFPI são ofertados os cursos de Educação Física, Geografia, Letras-Libras, Letras-Português, Pedagogia e História, distribuídos nos municípios de Teresina, Batalha, Castelo do Piauí, Currais, Floriano, Luzilândia, Miguel Alves, Pedro II e Piripiri.

Assim, o repertório experiencial da UFPI na oferta do curso de Licenciatura em Educação do Campo e no PARFOR será de grande valia para o enfrentamento dos desafios iniciais da sua implementação na UFDPAr. Além disso, esta IES já tem experiência na oferta dos cursos de Licenciatura em Pedagogia (desde 1978), em Ciências Biológicas (2007) e em Matemática (2007) que serão de fundamental importância para o direcionamento desta nova licenciatura.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

A LDB nº 9.394/96 destaca na educação do campo uma natureza própria reconhecendo a sua diversidade cultural, demonstrando o respeito às regionalidades, às formas de trabalho e de vida do campo, sinalizou para um currículo, metodologia e calendário escolar adequados às reais necessidades, anseios e situações vivenciadas pelos sujeitos do campo.

Tal modalidade de ensino reflete o reconhecimento da necessidade de uma educação que respeite as relações que os sujeitos do campo estabelecem com a terra na produção e transformação das condições de sua própria existência. Além disso, consiste no reconhecimento e fortalecimento do processo de resistência e emancipação dos povos do campo, a partir das lutas por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e propõem uma educação *no* campo, e que seja *do* campo. A “educação no campo” pressupõe que o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive e “do campo”, compreende que o povo tem direito a uma educação a partir das suas necessidades humanas e sociais e vinculada à sua cultura (CALDART, 2011).

A educação do campo, bem como a formação docente para atuação em escolas do e no campo, reconhece os saberes dos sujeitos do campo, os entende também como produtores de conhecimento, de cultura e de educação. A proposta de formação da Licenciatura em Educação do Campo busca superar concepções e práticas pedagógicas tradicionais, fragmentadas e desconectadas da realidade do campo, pois trata-se de uma perspectiva formativa fundamentada na leitura crítica da realidade social, política, cultural e econômica a qual a sociedade está inserida.

Para Caldart (2012, p. 264) “[...] a educação no campo reafirma e revigora uma concepção de educação na perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana a longo prazo”. O foco principal da formação do educador do campo é a construção da sua identidade por meio da reflexão crítica sobre as suas práticas e sobre a sua profissão. Uma formação numa perspectiva transformadora comprometida com a formação para a cidadania e uma aprendizagem para a vida.

Para Molina e Sá (2012, p. 470), um dos maiores desafios dos docentes que atuam com a formação de educadores do campo consiste em

promover processos, metodologias e posturas docentes que permitam a necessária dialética entre educação e experiência, garantindo um equilíbrio entre rigor intelectual e valorização dos conhecimentos já produzidos pelos educandos em suas práticas educativas e em suas vivências socioculturais.

Nesse sentido, o educador que vai atuar nas escolas do campo deve conhecer e respeitar as peculiaridades dos estudantes do campo, por meio da valorização da cultura campestre, da sua identidade e da cultura local. As escolas do e no campo podem contribuir para promover o desenvolvimento das comunidades por meio da valorização da agricultura familiar, a historicidade e a identidade de cada povo, com base na cultura, no artesanato, na religiosidade e nos saberes populares.

Os autores Molina e Antunes-Rocha (2014, p. 225), ressaltam ainda que:

A discussão acerca da formação de educadores na perspectiva da Educação do Campo exige que seja explicitado o projeto de sociedade, de campo e escola que se quer construir. Com esse conjunto é possível definir qual o perfil e que formação é necessária para fundamentar práticas coerentes com os princípios e valores que estruturam essa concepção.

Por essa razão, o curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFDPar visa possibilitar uma sólida formação teórica para que os discentes, futuros professores, possam compreender os fundamentos históricos, filosóficos, políticos e sociais tão importantes para articular teoria e prática na educação do e no campo, com capacidade para analisar criticamente a realidade que os cercam a fim de enfrentar e solucionar os desafios e problemas postos pela sociedade.

O movimento da educação do e no campo exige dos cursos de formação de professores o reconhecimento dos seus saberes, dos valores, concepções de mundo e de educação como fundamento da sua formação (ARROYO, 2012). Nesse sentido, o curso proposto visa contribuir para a efetivação desse direito quando propõe um itinerário formativo que se organiza pautado na Pedagogia da Alternância, valorizando as vivências a serem promovidas no campo.

Conforme consta na Nota Técnica Conjunta GAB/SECADI nº 3, de 2016, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo devem adotar a Alternância como principal estratégia curricular de organização das suas atividades formativas, promovendo vivências de ensino, pesquisa e extensão na universidade e nas comunidades.

Nessa lógica, o cursista vivencia um processo educativo que articula permanentemente a experiência que ocorre no interior da Instituição com a experiência de trabalho e do cotidiano de sua própria comunidade (práxis pedagógica). Ao cursista é demandado um trabalho reflexivo sobre as experiências vividas nesses cenários diferenciados; o protagonismo em sua própria formação; o engajamento nas vivências dos tempos educativos - TE [Tempo Escola] e TC [Tempo Comunidade], e a participação em seu contexto local, no sentido de transformá-lo socialmente.

Dentro dessa perspectiva, as atividades formativas do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFDPAr serão realizadas por meio da alternância entre o Tempo Universidade (TU), quando o discente viverá intenso período de estudos teóricos no âmbito das disciplinas do curso, e o Tempo Comunidade (TC), quando o discente, sob orientação dos professores daquelas disciplinas, realizará atividades de pesquisa e extensão nas suas comunidades. Tal metodologia visa oferecer as condições favoráveis ao desenvolvimento da práxis educativa e transformadora pela articulação teoria e prática do ensino de Ciências da Natureza em escolas do e no campo.

De acordo com Nosella (2007), a Pedagogia da Alternância chega ao Brasil na década de 1960 para introduzir uma prática de ensino baseada na realidade e na vivência de alunos de escolas agrícolas, promovendo a cultura do homem do campo, o resgate familiar, a economia, a sustentabilidade e a socialização nas comunidades rurais.

Em pesquisa que analisou as implicações dessa proposta pedagógica na formação de alunos de Escolas Família Agrícola da região do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Cruz e Binda (2021) verificaram que:

[...] a pedagogia da alternância exerce papel importante na formação de jovens do campo, os quais, em geral, após esse processo de ensino, permanecem nas propriedades rurais com um novo olhar, percebendo as diversas possibilidades para suas vidas. Isso demonstra que a formação voltada para a realidade do meio rural, como propõe a pedagogia da alternância, além de fazer a diferença na vida dos jovens que passam por ela, aos poucos modifica o meio em que as pessoas estão inseridas, morando, convivendo e investindo seus recursos.

Portanto, não trata-se apenas de alternar tempos e espaços ao longo do curso, trata-se de reconhecer a realidade dos discentes e das escolas do campo como pontos de partida e de chegada para uma formação sólida, contextualizada e, acima de tudo, comprometida com a transformação social. Diante disso, a Pedagogia da Alternância se apresenta como proposta pedagógica profícua ao alcance dos objetivos postos à formação de professores para atuar em escolas do e no campo.

De acordo com a Resolução CNE nº 2 de 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a organização curricular desses cursos deve ter como princípios norteadores:

I - compromisso com a igualdade e a equidade educacional, como princípios fundantes da BNCC;

II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;

III - respeito pelo direito de aprender dos licenciandos e compromisso com a sua aprendizagem como valor em si mesmo e como forma de propiciar experiências de aprendizagem exemplares que o professor em formação poderá vivenciar com seus próprios estudantes no futuro;

IV - reconhecimento do direito de aprender dos ingressantes, ampliando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis para o bom desempenho no curso e para o futuro exercício da docência;

V - atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;

VI - fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional;

VII - integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;

VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

IX - reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino;

X - engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório;

XI - estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;

XII - aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;

XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demonstrem evidências de melhoria na qualidade da formação; e

XIV - adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Os princípios postos pela referida Resolução serão norteadores do nosso curso em consonância com as especificidades da educação do e no campo. Assim, a valorização do protagonismo discente, a relação teoria e prática, o estabelecimento de parcerias, a valorização da diversidade étnico-cultural e os demais princípios serão concretizados por meio do diálogo constante com os movimentos sociais do campo.

Não se pode perder de vista também que, de acordo com Caldart (2004), na construção das propostas pedagógicas de educação do campo é preciso ter como ponto de partida o diálogo com as teorias pedagógicas, com a tradição do pensamento pedagógico socialista, bem como a interlocução com a Pedagogia do Oprimido e as experiências da Educação Popular.

Segundo Silva Filho (2014), tanto a educação do campo quanto a pedagogia freireana constituem meios de resistência à lógica do capital que invade a vida no campo. Por sua vez, Macedo, Amorim e Silva (2020) destacam que a proposta pedagógica de Paulo Freire tem seu grande potencial no desenvolvimento da consciência crítica e da emancipação popular do trabalhador do campo partindo do entendimento de que a leitura do mundo não apenas precede à leitura da palavra, mas também é fundamental para o desenvolvimento daquele nível de consciência.

Nesse sentido, a leitura de mundo, especialmente a leitura crítica das condições de vida e de trabalho no campo, deve assumir o lugar de objeto mesmo da prática pedagógica dos educadores do campo e, conseqüentemente, das atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem realizadas no nosso curso. Nessa direção, será possível promover uma educação do e no campo “[...] que não se limita ao processo instrucional, que tem como base a historicidade e o processo formativo do ser humano” (MACEDO; AMORIM; SILVA, 2020, p. 5).

2.2 Objetivos do curso

Objetivo geral

Formar educadores e educadoras em exercício na rede pública da Educação Básica para atuar na área de Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia) nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio comprometidos com os princípios da Educação do Campo e o desenvolvimento social sustentável, visando promover práticas educativas coerentes com a realidade das comunidades camponesas (tradicionais), fundamentada na democratização da ciência e tecnologia.

Objetivos específicos

- Implantar a Licenciatura em Educação do Campo para o desenvolvimento social sustentável, comprometida com sistematização dos diagnósticos sociais existentes, identificando as demandas e legitimando formas sustentáveis locais e coletivas de seu enfrentamento;
- Habilitar para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, profissionais em exercício na Educação Básica que ainda não possuam a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor;

- Promover uma pedagogia da alternância com um currículo vivo, problematizando os dados junto às comunidades, as universidades, promotorias, secretarias, conselhos e conferências municipais e estaduais para legitimar modos cooperados de materializar direitos sociais e desenvolvimento sustentável pela acessibilidade e usabilidade comunitária da formação científica e tecnológica, contribuindo com a segurança alimentar agroecológica, educação do campo e seus princípios, saúde, mobilidade (terrestre e náutica), lazer, trabalho, arte, renda, entre outros;
- Proporcionar em conjunto com o educador uma escola formadora de sujeitos articulados a um projeto de emancipação humana e elevar o nível de conhecimento e de competência profissionais dos docentes em exercício na Educação Básica pública, com vista à melhoria da qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem e do desempenho escolar dos alunos de escolas do e no campo;
- Formar sujeitos do campo para a docência em Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos em escolas do e no campo, possibilitando um espaço de valorização dos diversos saberes constituídos a partir da realidade do educando;
- Desenvolver estratégias de formação docente pautada em uma proposta curricular que valoriza a relação teoria e prática por meio das vivências em escolas do e no campo;
- Capacitar os educandos para buscar junto aos órgãos públicos locais como Secretarias e Conselhos Municipais, escolas, promotorias, ONGs e comunidades, documentos e informações acerca dos diagnósticos sociais existentes, analisando os dados conforme as potências dos programas dos Ministérios, Secretarias Estaduais e órgãos financiadores, segundo vazios e potencialidades de cada município;
- Promover junto ao licenciando uma compreensão interdisciplinar das relações entre os processos integradores e dos conceitos físicos, químicos da Natureza, tanto na sua expressão biológica como em sua expressão inanimada;
- Construir conhecimentos para uma gestão de processos educativos nas comunidades com: preparação específica para o trabalho formativo e organizativo com as famílias e ou grupos sociais de origem dos educandos, para liderança de equipes e para a implementação de iniciativas e ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável que incluam a participação da escola;
- Viabilizar uma formação teórico-metodológica sólida para os educadores do campo a fim de que possam desenvolver estratégias didático-pedagógicas coerentes e

favorecedoras de uma formação humana crítica, reflexiva, criativa e transformadora da sua realidade;

- Articular o processo de aprendizagem formal com espaços educativos informais, como aqueles construídos nos movimentos sociais camponeses, destacando os diferentes saberes, tempos e perfis das populações do campo;
- Estabelecer espaços de diálogo entre as áreas de conhecimento, contribuindo para ampliar a compreensão das práticas pedagógicas sociais como produtoras de significados, possibilitando que o tempo-comunidade, seja um espaço de troca de experiência entre os educandos, criando tempos coletivos de acompanhamentos das atividades planejadas;
- Criar estratégias formativas, em nível superior, no espaço territorial de convivência dos povos do campo, tornando-os aptos a trabalharem estratégias para desenvolvimento social, histórico, cultural, ambiental, econômico, político e ético, integrando os conhecimentos do currículo de forma interdisciplinar, conectando os diversos saberes, por meio da reflexão-ação.

2.3 Perfil do egresso

O curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área Ciências da Natureza visa formar profissionais docentes para trabalhar os conteúdos de Química, Física e Biologia de maneira contextualizada nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Assim, seus egressos devem ser docentes que adotem práticas didático-pedagógicas coerentes com as especificidades dos objetos de estudo dessas áreas, mas também coerentes às demandas postas pela educação do e no campo.

Considerando as orientações que constam na Resolução CNE nº 1 de 2002, o professor a ser formado no curso proposto deve nortear sua prática educativa pela articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. Sua prática precisa estar articulada com a identidade da escola do e no campo, podendo ocorrer em outros e diversos espaços pedagógicos, sem perder de vista essa escola como unidade educacional-transformadora da comunidade.

Não obstante, espera-se que o egresso do curso desenvolva uma prática docente que contemple a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Tal prática deve ainda evidenciar a relevância que os

conhecimentos produzidos no âmbito das Ciências da Natureza oferecem para explicar, intervir e transformar a realidade campesina, atendendo as demandas dos sujeitos que a constituem. Para contemplar esse processo deverão apresentar o seguinte perfil de um educador que:

- Interaja com os educandos e a comunidade, visando o desenvolvimento sustentável, respeitando as diversidades e os saberes populares;

- Incentive e possibilite saberes ligados ao planejamento, monitoramento e manejo de sistemas agroecológicos;

- Projete e execute atividades de educação baseadas nos princípios e nas Diretrizes da Educação do Campo e atue com autonomia na construção de novos conhecimentos e práticas inovadoras no âmbito da Educação do Campo;

- Atue com respeito à especificidade da gestão das escolas no campo.

- Desenvolva processos de aprendizagem que extrapolem a formação por disciplina, professor, aluno e sala de aula;

- Estimule experiências em educação do campo com as comunidades locais, respeitando as especificidades e os saberes construídos pelos sujeitos do campo e contribua para a construção de uma vida ambientalmente sustentável;

- Articule o processo de aprendizagem formal com espaços educativos informais, como aqueles construídos nos movimentos sociais camponeses;

- Organize trabalhos pedagógicos que respeitem os espaços e tempos diferenciados da vida e da escola do e no campo;

- Construa processos de aprendizagem que analisam e possibilitam uma reflexão sobre a estrutura fundiária em nossa história, as tensões no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar, os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra, os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa.

- Compreenda criticamente a história da vida campesina desde a ótica dos sujeitos subjugados pelos poderes dos que exploram, colonizam e agridem seus modos e suas vidas, suas comunidades, articulando resistência e alternativas cooperadas de emancipação e qualificação social;

- Substancie interdisciplinarmente sua formação continuada e do meio onde está baseando-a em leituras/planificações/intervenções e avaliações processuais como um modo de viver a função educativa de si e com os outros;

- Desenvolva com os sujeitos escolares e da comunidade que reconheça os saberes locais, informais e suas múltiplas relações com a educação formal;

- Empreenda alternativas inerentes à sociedade civil organizada e que impactem no desenvolvimento de manejos agroecológicos com base na agricultura familiar;
- Valorize as especificidades do planejamento do trabalho pedagógico na perspectiva emancipatória, zelando pelo papel de organização da comunidade que a Educação do e no Campo deve empreender como uma biopolítica, respeitando os espaços e tempos da vida, da escola e dos sujeitos do campo;
- Reflita permanentemente sobre a escola como formadora de sujeitos articulada ao projeto de formação humana.
- Posicione-se como sujeito capaz de refletir sobre suas atividades, capaz de reconhecer erros e de corrigir de forma ética.

2.4 Competências e Habilidades

Conforme consta na Resolução CNE nº 2 de 2019, os egressos de cursos de licenciatura devem apresentar algumas competências docentes gerais, a saber:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a

consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Além destas competências gerais, os professores da Educação Básica precisam ainda apresentar competências específicas que constituem três grandes dimensões: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional, conforme consta abaixo:

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes:

- I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
- IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:

- I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e
- IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:

- I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
- IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Tais competências se desdobram em habilidades específicas que são listadas na mesma Resolução CNE nº 2 de 2019 e que contemplam aspectos que vão desde “demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do

conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar” até “demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar”.

Além dessas habilidades específicas apresentadas na referida Resolução, também destacamos:

- Apresentar sólido repertório teórico e metodológico por meio da articulação teoria e prática no desenvolvimento de uma prática educativa coerentemente contextualizada;
- Dominar conteúdos básicos que constituem objetos de estudo na área de Ciências da Natureza e objetos de ensino e aprendizagem dessa área nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- Problematizar, com compromisso social, os conhecimentos científicos e o próprio processo de elaboração destes considerando as especificidades da sua área de atuação em Ciências da Natureza;
- Usar de criatividade e postura crítica na investigação e na produção de novos conhecimentos sobre a realidade do campo e suas implicações educacionais;
- Apresentar consciência crítica e reflexiva a respeito das determinações sociais, históricas e culturais da educação e da sua prática docente em escolas do e no campo;
- Compreender as relações possíveis entre a produção científica em Ciências da Natureza, a educação em ciências e diferentes propostas de divulgação científica;
- Reconhecer a dimensão política do seu fazer docente diante do seu potencial transformador da realidade, considerando as demandas específicas das comunidades do campo;
- Desenvolver estratégias de ensino que valorizem a diversidade cultural e respeitem as regionalidades e diferentes formas de trabalho e de vida no campo;
- Planejar, promover e avaliar práticas didático-pedagógicas ancoradas em currículos, projetos e calendário escolar adequados às reais necessidades, anseios e vivências de comunidades campesinas;
- Propor e realizar atividades educativas no campo nas áreas de Educação do Campo e Ciências da Natureza, mobilizando a participação da comunidade escolar nesses processos e visando a melhoria das condições de vida da coletividade contemplada.

2.5 Perfil do corpo docente

Um dos papéis creditado a docência é possibilitar aos futuros educadores, o exercício do processo de ação-reflexão-ação na prática, fortalecendo a sua formação numa perspectiva emancipatória, através de estágios e acompanhamento das atividades pedagógicas, onde possam exercitar a prática docente, em uma articulação entre teoria e prática.

Consolidação entre ensino como emancipação, pesquisa como princípio educativo e extensão desde o início do curso, possibilitando aos futuros educadores a investigação e análise crítica do contexto educacional, propondo alternativas para os problemas verificados na prática educativa, através de planos de pesquisa.

Além disso, este curso está sendo proposto no âmbito do Edital nº 23/2023 do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (Parfor Equidade). Dessa forma, o corpo docente do curso será constituído por profissionais docentes selecionados mediante edital específico para processo seletivo simplificado a ser lançado semestralmente. Nos certames serão priorizados professores formadores que constituem o quadro de docentes efetivos desta instituição, que estejam em efetivo exercício em sala de aula ministrando disciplina em curso de licenciatura e que possuam título de mestre ou doutor, além da observância aos demais requisitos estabelecidos na Portaria Capes nº 220, de 21 de dezembro de 2021.

Nesse sentido, apresentamos as informações básicas referentes aos docentes que constituem o quadro de professores dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Ciências Biológicas da UFDPAr e que poderão integrar e equipe de professores formadores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na área de Ciências da Natureza:

Docente	Titulação	Regime de Trabalho	Curso Vinculado
Cleidivan Alves dos Santos	Doutor	DE	Pedagogia
Cloris Violeta Alves Lopes	Doutora	DE	Pedagogia
Edmara de Castro Pinto	Doutora	DE	Pedagogia
Élido Santiado da Silva	Doutor	DE	Pedagogia
Francisco Antonio Machado Araujo	Doutor	DE	Pedagogia
Flávio Rovani de Andrade	Doutor	DE	Pedagogia
Gilvana Pessoa de Oliveira	Doutora	DE	Pedagogia
Lucélia Costa Araújo	Doutora	DE	Pedagogia

Luciana Matias Cavalcante	Doutora	DE	Pedagogia
Marly Macedo	Doutora	DE	Pedagogia
Osmar Rufino Braga	Doutor	DE	Pedagogia
Adriana Cristina Mancin	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Anderson Guzzi	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Antônio Alves Tavares	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Cíntia Martins Perinotto	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Eudes Ferreira Lima	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Francilene Leonel Campos	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Geórgia de Souza Tavares	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Ivanilza Moreira de Andrade	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Jand Venes Rolim Medeiros	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Jesus Rodrigues Lemos	Doutor	DE	Ciências Biológicas
João Marcos de Góes	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Johnson Fernandes Nogueira	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Maria Rejane Lima Brandim	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Rosana Aquino de Souza	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Ruceline Paiva Melo Lins	Doutor	DE	Ciências Biológicas
Valdevane Rocha Araújo	Doutor	DE	Ciências Biológicas

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

1º PERÍODO

Reconhecimento da Realidade Campesina: aspectos filosóficos, históricos e culturais

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Filosofia da Educação	3.1.0	60h	-

Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo	3.1.0	60h	-
História, Identidade e Memória dos Povos do Campo	3.1.0	60h	-
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo	3.1.0	60h	-
Psicologia da Educação	3.1.0	60h	-
História da Educação	3.1.0	60h	-
Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15h	-
TOTAL	19.6.0	375h	

2º PERÍODO

Educação do Campo: aspectos sociais, legais e políticas públicas

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Didática Geral	2.2.0	60h	Psicologia da Educação
Educação e Movimentos Sociais do Campo	3.1.0	60h	-
Legislação e Organização da Educação Básica	3.1.0	60h	-
Políticas Públicas de Educação do Campo	3.1.0	60h	-
Sociologia da Educação	3.1.0	60h	-
Teoria do Currículo e Sociedade	3.1.0	60h	-
TOTAL	17.7.0	360h	

3º PERÍODO

Educação do Campo: conteúdos fundamentais ao ensino de Ciências da Natureza

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Química Básica	3.1.0	60h	-
Biologia Celular	3.1.0	60h	-
Astronomia Básica	3.1.0	60h	-
Protoctistas e Fungos	3.1.0	60h	-
Ecologia	3.1.0	60h	-
Matemática para o Ensino de Ciências	3.1.0	60h	-
TOTAL	18.6.0	360h	

4º PERÍODO

Educação do Campo e Ciências da Natureza: aprendizagem e aspectos didático-pedagógicos

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Metodologia do Ensino de Ciências	3.1.0	60h	-
Química Orgânica	3.1.0	60h	Química Básica
Embriologia e Histologia Humana	3.1.0	60h	Biologia Celular
Gestão e Organização da Escola do Campo	3.1.0	60h	-
Genética	3.1.0	60h	Biologia Celular
Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	60h	Didática Geral
Optativa I	3.1.0	60h	-
TOTAL	21.7.0	420h	

5º PERÍODO

Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Fundamental e o ensino de Ciências

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Metodologia do Ensino de Biologia	3.1.0	60h	Didática Geral
Físico-Química Básica	3.1.0	60h	Química Básica
Anatomia e Fisiologia Humana	3.1.0	60h	Embriologia e Histologia Humana
Biologia Vegetal I	3.1.0	60h	-
Evolução	3.1.0	60h	Genética
Estágio Supervisionado I	0.0.9	135h	-
TOTAL	15.5.9	435h	

6º PERÍODO

Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Química

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Metodologia do Ensino de Química	3.1.0	60h	Didática Geral
Termodinâmica e Óptica	3.1.0	60h	Matemática Para o Ensino de Ciências
Biologia Animal I	3.1.0	60h	-
Biologia Vegetal II	3.1.0	60h	Biologia Vegetal I
Eletromagnetismo	3.1.0	60h	Matemática Para o Ensino de Ciências
Estágio Supervisionado II	0.0.9	135h	Estágio Supervisionado I
TOTAL	15.5.9	435h	

7º PERÍODO

Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Física

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Metodologia do Ensino de Física	3.1.0	60h	Didática Geral
Bioquímica para o Ensino de Ciências	3.1.0	60h	Química Orgânica
Biologia Animal II	3.1.0	60h	Biologia Animal I
Mecânica	3.1.0	60h	Matemática Para o Ensino de Ciências
TCC I	3.1.0	60h	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo
Estágio Supervisionado III	0.0.9	135h	Estágio Supervisionado II
TOTAL	15.5.9	435h	

8º PERÍODO

Pesquisa como Princípio Educativo na Educação do Campo

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Química Experimental	1.3.0	60h	Química Básica
Ética e Educação	3.1.0	60h	-
Agroecologia e Meio Ambiente	3.1.0	60h	-
Libras	2.2.0	60h	-
TCC II	1.3.0	60h	TCC I
Optativa II	3.1.0	60h	-
TOTAL	13.11.0	360h	

OPTATIVAS

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS

3.1.1 Prática como componente curricular – PPC

A prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em

uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso.

As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. Por exemplo, disciplinas de caráter prático em Química, cujo objetivo seja prover a formação básica em Química, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de licenciatura. Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição.

A prática como componente curricular a ser efetivada ao longo do processo formativo não se confunde com o estágio supervisionado, o qual é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhadas por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. O Parecer Nº 28/2001 CNE/CP distingue a prática como componente curricular do estágio supervisionado:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente [...] de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

A prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do *ethos* dos alunos. (BRASIL, 2001, p. 9).

Dito isto, é exposta na Tabela 3 a seguir a carga horária de prática como componente curricular por disciplinas obrigatórias do curso:

DISCIPLINAS	CRÉDITOS PCC	CARGA HORÁRIA PCC
TOTAL		

3.2 Fluxograma

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
Reconhecimento da Realidade Campesina: aspectos filosóficos, históricos e culturais	Educação do Campo: aspectos sociais, legais e políticas públicas	Educação do Campo: conteúdos fundamentais ao ensino de Ciências da Natureza	Educação do Campo e Ciências da Natureza: aprendizagem e aspectos didático-pedagógicos	Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Fundamental e o ensino de Ciências	Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Química	Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Física	Pesquisa como Princípio Educativo na Educação do Campo
Filosofia da Educação 60h - 3.1.0	Didática Geral 60h - 2.2.0	Química Básica 60h - 3.1.0	Metodologia do Ensino de Ciências 60h - 3.1.0	Metodologia do Ensino de Biologia 60h - 3.1.0	Metodologia do Ensino de Química 60h - 3.1.0	Metodologia do Ensino de Física 60h - 3.1.0	Química Experimental 60h - 1.3.0
Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo 60h - 3.1.0	Educação e Movimentos Sociais do Campo 60h - 3.1.0	Biologia Celular 60h - 3.1.0	Química Orgânica 60h - 3.1.0	Físico-Química Básica 60h - 3.1.0	Termodinâmica e Óptica 60h - 3.1.0	Bioquímica para o Ensino de Ciências 60h - 3.1.0	Ética e Educação 60h - 3.1.0
História, Identidade e Memória dos Povos do Campo 60h - 3.1.0	Legislação e Organização da Educação Básica 60h - 3.1.0	Astronomia Básica 60h - 3.1.0	Embriologia e Histologia Humana 60h - 3.1.0	Anatomia e Fisiologia Humana 60h - 3.1.0	Biologia Animal I 60h - 3.1.0	Biologia Animal II 60h - 3.1.0	Agroecologia e Meio Ambiente 60h - 3.1.0
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo 60h - 3.1.0	Políticas Públicas de Educação do Campo 60h - 3.1.0	Protoctistas e Fungos 60h - 3.1.0	Gestão e Organização da Escola do Campo 60h - 3.1.0	Biologia Vegetal I 60h - 3.1.0	Biologia Vegetal II 60h - 3.1.0	Mecânica 60h - 3.1.0	Libras 60h - 2.2.0
Psicologia da Educação 60h - 3.1.0	Sociologia da Educação 60h - 3.1.0	Ecologia 60h - 3.1.0	Genética 60h - 3.1.0	Evolução 60h - 3.1.0	Eletromagnetismo 60h - 3.1.0	TCC I 60h - 3.1.0	TCC II 60h - 1.3.0
História da Educação 60h - 3.1.0	Teoria do Currículo e Sociedade 60h - 3.1.0	Matemática para o Ensino de Ciências 60h - 3.1.0	Avaliação da Aprendizagem 60h - 3.1.0	Estágio Supervisionado I 135h - 0.0.9	Estágio Supervisionado II 135h - 0.0.9	Estágio Supervisionado III 135h - 0.0.3	Optativa II 60h - 3.1.0
Seminário de Introdução ao Curso 15h - 1.0.0			Optativa I 60h - 3.1.0				

Carga Horária Total do Curso

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias		
Disciplinas Optativas		
Trabalho de Conclusão de Curso		
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório		
Atividades Complementares		
TOTAL		

3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão

3.3.1 Estágio

O Estágio Supervisionado, para os cursos de Licenciatura da UFPI, constitui componente curricular obrigatório de formação de recursos humanos para o magistério, para integralização curricular, conforme determinado pela legislação que disciplina o funcionamento do estágio curricular nos cursos de licenciatura plena (Resolução No 177/2012 CEPEX/UFPI, Resolução N° 02/2019 CNE/CP e Resolução N° 220/2016 CEPEX/UFPI). O Estágio Supervisionado objetiva: a) Garantir a formação acadêmica com a conclusão do processo de ensino-aprendizagem; b) Vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem com experiências para o alcance dos objetivos educacionais tendo em vista a interdisciplinaridade; c) Desenvolver atividades que possibilitem ao estudante o conhecimento da sala de aula em todos os aspectos do seu funcionamento; d) Vivenciar a prática docente envolvendo a dimensão técnica, social e política e, a descoberta de si mesmo como agente social e construtor da cidadania, cujo trabalho só terá sentido se tiver como finalidade a realização da pessoa humana.

O Estágio Supervisionado da LEDOC, antes de ser uma exigência legal, deve ser parte integrante da formação de professores, articulando a teoria com a prática. Assim, o currículo de Licenciatura deve propiciar, permanentemente, a articulação entre o conteúdo da formação com o exercício da docência, de modo a configurar uma visão mais integrada do conhecimento profissional. Esse componente deve possibilitar aos acadêmicos a construção de conhecimentos necessários para o trabalho nas escolas do e no campo.

Para que ele ocorra, deve-se formalizar termos de cooperação entre as instituições da educação básica e a UFPI, representada pela Coordenadoria Geral de Estágio (CGE), vinculada à PREG, para que os discentes desenvolvam as atividades deste momento de formação tanto nas escolas Estaduais como Municipais das localidades atendidas. Em nível de curso, o Estágio Supervisionado é normatizado pelo Regulamento do Estágio Supervisionado, disponível no Apêndice A deste PPC. O encaminhamento ao campo de estágio se dará por meio de documento oficial providenciado pela Coordenação de Estágio do Curso.

A carga horária total de 405 horas destinada ao Estágio Supervisionado Obrigatório será distribuída em três estágios com carga horária de 135h cada, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades: a) Observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno; b) Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; c) Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio; d) Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem a melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

No caso da Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, esse componente curricular será ofertado nos VI, VII e VIII semestres e desenvolvido em momento pedagógico posterior ao tempo universidade, em consonância com o período letivo da rede Municipal e Estadual de ensino da região atendida pelo Curso. Para a execução de cada um dos estágios ficará a cargo do professor orientador o estabelecimento dos métodos e ferramentas para condução e avaliação das atividades deste componente curricular, de modo que o cumprimento da carga horária estabelecida para observação e regência contemple os objetivos do curso.

3.3.2 Atividades Complementares

As atividades complementares de aprofundamento em áreas específicas de interesse da LEDOC devem perfazer 200 horas e são de natureza acadêmico-científico-culturais, seguindo a Resolução N° 02/2019 CNE/CP. A UFPI, visando organizar a realização e o registro dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei N° 9.394/1996,

incluiu na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Seção VI, disposições sobre as atividades complementares em seus cursos de graduação.

De acordo com essa última resolução, as atividades complementares fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, constituindo um conjunto de estratégias didático-pedagógicas. Estas atividades incluem um conjunto de vivências acadêmicas previstas pela IES para a integralização do curso, considerando as que são relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação.

São consideradas atividades integrantes da formação do aluno da LEDOC, além das disciplinas e do estágio supervisionado, participação em: eventos, discussões temáticas, projetos de pesquisa e extensão, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do Curso e previstas na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e no Apêndice C deste PPC. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados. Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – realizadas a partir do ingresso do aluno no Curso;

II – compatíveis com o PPC da LEDOC;

III – variadas em pelo menos duas categorias entre os critérios estabelecidos no Apêndice C deste PPC.

No calendário acadêmico é estipulado o período para solicitação de registro de atividades complementares de graduação junto à Coordenação do Curso. Cabe ao Coordenador avaliar o desempenho do aluno nas atividades complementares de graduação, de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico, emitindo a decisão do deferimento ou não.

Os casos de alunos ingressos no curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares de graduação, serão avaliados pela coordenação do curso, que poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem. Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pela LEDOC. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à PREG para serem homologados pela CAMEN e CEPEX.

3.3.3 Extensão

O Capítulo VI do Regimento Geral da UFPI, em seu Artigo 123, define que a “extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de

forma indissociável [que] viabiliza a integração da Universidade com setores da comunidade local ou regional” (UFPI, 1999).

Em nível nacional as ACE são regulamentadas pela Resolução No 7, de 18 de dezembro de 2018 MEC/CNE/CES, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei Nº 13.005/2014 PNE, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências (BRASIL, 2018).

De acordo com a estratégia 12.7, referente a meta 12 da Lei do PNE, deve-se “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. (BRASIL, 2014).

No âmbito da UFPI, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), componente obrigatório nos cursos de graduação, são regulamentadas pela Resolução Nº 53/2019 CEPEX/UFPI, de 12 de abril de 2019. Em seu artigo 4º compreende as ACE como as atividades cadastradas na PREXC, nas seguintes modalidades: programas de extensão; projetos de extensão; cursos de extensão; eventos de extensão; prestação de serviços à comunidade externa; atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas como ACE. Todas estas modalidades de atividade serão consideradas ACE para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza.

As ACE serão desenvolvidas presencialmente, envolvendo pessoas de comunidades externas à universidade, ofertadas por semestre ao longo de todo o Curso e os alunos atuarão como executores ou organizadores das atividades. As ACE devem estar vinculadas à formação do estudante no Curso. A carga horária a ser integralizada no histórico escolar do aluno equivale a 10% da carga horária total do curso (conforme Art. 2º, da Resolução 053/2019 – CEPEX/UFPI), que é de 360 horas.

Nesse sentido, o Curso oferece atividades extensionistas, tanto no tempo universidade quanto no tempo comunidade. Assim, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) serão desenvolvidas e fundamentadas nos seguintes eixos temáticos, equivalentes a cada um dos períodos letivos, respectivamente: 1º período - Reconhecimento da realidade campesina: educação, história, terra, território, etnia e identidade; 2º período - Educação do Campo: sociedade, ética, políticas públicas, aprendizagem e inclusão; 3º período - Educação do Campo e Ciências da Natureza: conhecimento e ensino; 4º período - Educação do Campo e Ciências da Natureza: conhecimento, metodologia de ensino e avaliação; 5º período - Pesquisa como princípio educativo na escola do campo; 6º período - Ciências da Natureza: a escola do campo

de Ensino Fundamental e o ensino de Ciências; 7º período - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Física; 8º período - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Química. Além disso, reforça-se a necessidade de entender a educação além dos limites da sala de aula e, mais ainda, a participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida.

O gerenciamento das ACE será realizado pelo Coordenador de Extensão de Curso. Esta função será ocupada por professores que atuam no quadro docente da LEDOC, escolhidos por meio de Assembleia Docente e oficializados por portaria emitida pela Coordenação do Curso. As atribuições do Coordenador de Extensão estão descritas no § 3º, artigo 2º, da Resolução No 053/2019 CEPEX/UFPI.

A LEDOC deverá obrigatoriamente oferecer, no mínimo, uma ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UFPI. A cada semestre o Coordenador de ACE do Curso, elegerá, em reunião com os docentes e técnico-administrativos do Curso, um coordenador e um coordenador adjunto da atividade de extensão a ser obrigatoriamente ofertada no semestre seguinte, conforme item I, § 3º, artigo 2º, da Resolução No 053/2019 CEPEX/UFPI. Prevê-se a oferta de uma atividade de extensão para cada eixo temático, equivalentes aos períodos letivos em que houver estudantes matriculados.

Tais atividades entrarão em vigor juntamente com este PPC, a ser implementado no ano de 2021. As ACE iniciarão desde o primeiro período do curso.

Os alunos poderão participar de ACEs ofertadas por outros cursos ou unidades da UFPI, desde que cadastradas na PREXC. Estas atividades podem ter até 100% da carga horária integralizada ao histórico do estudante. As ACE devem estar vinculadas à área de formação do estudante na LEDOC.

Além disso, os alunos poderão participar de ações de extensão desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior. Nesse caso, os discentes poderão requerer, junto ao Coordenador de Extensão do Curso, o aproveitamento das atividades de extensão desenvolvidas, desde que a solicitação de aproveitamento seja feita via processo até um ano antes da previsão para conclusão do curso. O processo deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso, que o enviará ao Coordenador de ACE, e deve estar instruído com relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável da IES e com certificado ou declaração de conclusão da atividade. Estas atividades podem ter até 100% da carga horária integralizada ao histórico. As ACE devem estar vinculadas à área de formação do estudante na LEDOC.

Em caso de transferência interna de curso ou mudança de curso o aluno poderá solicitar, junto ao Coordenador de Extensão do Curso, o aproveitamento das atividades curriculares de extensão já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem. O processo deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso, que o enviará ao Coordenador de ACE.

A realização das ACE é obrigatória para todos os estudantes do curso, sendo a integralização curricular da carga horária prevista no PPC, para este componente, condição para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza.

3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso

De acordo com a Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e com a Portaria No 330/2017 PREG/CAMEN, que institui as Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado pelo Fórum das Licenciaturas da UFPI (FORLIC), o TCC corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação. Com base nessas normativas, foi estruturado o Manual e o Regulamento do TCC do curso, disponível no Apêndice B deste PPC. A Coordenação do Curso disponibilizará também para os alunos, com o apoio do Sistema de Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFPI, um repositório institucional próprio para o arquivo dos TCC na página curso (https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=6389457&lc=pt_BR), possibilitando que os trabalhos dos discentes sejam compartilhados.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória, constituída por módulos/unidades curriculares dos currículos do curso de Licenciatura em Educação do Campo. **O TCC deverá ser desenvolvido individualmente.** O TCC será caracterizado por uma pesquisa científica, relato de experiência, artigo publicado ou para publicação e/ou tecnológica aplicada. É vedada a convalidação de TCC realizado em outro curso de graduação ou licenciatura.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I - DA CÂMARA DO CURSO

Art. 3º - Compete à Câmara do Curso:

I - Indicar o professor responsável pelo TCC, doravante denominado Professor Responsável, que se encarregará pelas ações do processo ensino-aprendizagem do Trabalho de Conclusão de Curso.

II - Providenciar, em consonância com o Professor Responsável, a homologação dos Professores Orientadores do TCC.

III - Homologar as decisões referentes ao TCC.

IV - Estabelecer, em consonância com o Professor Responsável, normas e instruções complementares no âmbito do curso.

Seção II – DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO TCC

Art. 4º. - Compete ao Professor Responsável pelo TCC:

I - Apoiar a Coordenação de Curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TCC.

II - Organizar e operacionalizar as diversas atividades de desenvolvimento em avaliação do TCC que se constituem na apresentação do projeto inicial, apresentação parcial, quando houver e defesa final.

III - Efetuar a divulgação e o lançamento das avaliações referentes ao TCC.

IV - Promover reuniões de orientação e acompanhamento com os estudantes que estão desenvolvendo o TCC.

V - Definir, juntamente com a Câmara do Curso, as datas das atividades de acompanhamento e de avaliação do TCC.

VI - Promover, juntamente com a Câmara de Curso, a integração com a Pós-Graduação e organizações, de forma a levantar possíveis temas de trabalhos.

VII - Constituir as bancas de avaliação dos TCC.

Seção III - DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art.5º - O acompanhamento dos alunos no TCC será efetuado por um Professor Orientador, que pode ser indicado pelo estudante, professor responsável ou Câmara do Curso.

§ 1.º - Poderá ter co-orientadores por função auxiliar no desenvolvimento do trabalho.

Art. 6º - Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito com justificativa(s) e entregue ao Professor Responsável, até 60 (sessenta) dias antes da data prevista para o Seminário de Apresentação Final.

Parágrafo único - Caberá à Câmara do Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador.

Art. 7º - Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) estudante(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do projeto até a defesa e entrega da versão final da monografia ou/e artigo.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os estudantes.

III - Participar da banca de avaliação final.

IV - Efetuar a revisão dos documentos e componentes do TCC, e autorizar os estudantes a fazerem as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada.

V - Acompanhar as atividades de TCC desenvolvidas nas empresas, escolas públicas ou em organizações.

VI - Indicar, se necessário, ao Professor Responsável a nomeação de coorientador.

Seção IV - DOS ESTUDANTES

Art. 8º - São obrigações do(s) Estudantes(s):

I - Elaborar e apresentar o projeto de pesquisa, relato de experiência, e monografia/artigo do TCC em conformidade com este Regulamento.

II - Apresentar toda a documentação solicitada pelo Professor Responsável e pelo Professor Orientador.

III - Participar das reuniões periódicas de orientação com o Professor Orientador do TCC.

IV - Participar das reuniões periódicas com o Professor Responsável pelo TCC.

V - Participar de todos os seminários referentes ao TCC.

VI - Entregar ao Professor Responsável pelo TCC a monografia/artigo corrigida (de acordo com as recomendações da banca examinadora) nas versões impressa e eletrônica, incluindo arquivos de resultados experimentais.

X - Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pela Câmara do Curso.

XI- Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio.

3.4 Metodologia

A metodologia que norteará o Curso de Licenciatura em Educação do Campo será a Pedagogia da Alternância em consonância com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no que estabelece no Art. 7º: “o ano letivo, observado o disposto nos Artigos 23, 24 e 28 da LDB 9.394/96 poderá ser estruturado independentemente do ano civil, “as atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem”.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo por meio da metodologia da Pedagogia da Alternância irá assegurar a organização dos tempos e espaços formativos que se adequam à realidade do campo, assegurando as estratégias específicas de atendimento a formação e a flexibilização da organização do calendário escolar à vida e ao trabalho do campo. A Alternância aqui referida será desenvolvida pela conjugação de períodos alternativos de formação na Universidade e na família e/ou escola e/ou agricultura familiar desenvolvida pelo acadêmico, com a utilização de instrumentos pedagógicos específicos.

O Tempo Universidade (TU) corresponderá ao período em que o acadêmico permanecer na Universidade em contato direto com o saber sistematizado, planejando e recebendo orientações dos docentes. Neste período, os acadêmicos desenvolvem as atividades comuns, previstas na formação de todos os acadêmicos independentemente da metodologia. O Tempo Comunidade corresponde ao período em que o acadêmico é motivado a partilhar seus conhecimentos e experiências de sua atividade profissional e/ou familiar, na comunidade ou nas instâncias de participação social e de classe.

No Tempo Comunidade (TC) o estudante desenvolverá pesquisas, projetos experimentais, atividades grupais, entre outras atividades com o auxílio do planejamento e acompanhamento pedagógico dos docentes. Nesse tempo o direcionamento da formação será na busca da aproximação dialética entre as atividades desenvolvidas em suas comunidades e as atividades curriculares, desenvolvidas na Universidade, de outra banda, no que tange aos docentes, pretende-se que estes conheçam e/ou aprofundem o modo de vida e de labuta dos educandos, como possibilidade de melhor planejar as atividades formativas.

Pretende-se ainda, com a metodologia da alternância imprimir um caráter indissociável ao ensino, permeado pela pesquisa como princípio educativo e a sua respectiva ação,

caracterizada academicamente de extensão, estes entrelaçados dialeticamente, em uma perspectiva revolucionária.

3.4.1 Caracterização do tempo universidade

a) Disciplinas (44 horas da carga horária de cada disciplina optativa e obrigatória de 60 horas): configuram-se como aulas expositivas e dialogadas, práticas de laboratório e práticas como componente curricular, além da realização de aulas de campo e visitas técnicas, em diálogo com a realidade do campo e do exercício da docência.

b) Estudos individuais e em grupo: estes estudos serão orientados pelos professores a fim de aprofundar os conteúdos trabalhados em sala de aula.

c) Oficinas: as oficinas priorizarão a atenção aos processos de socialização e de produção coletiva do conhecimento, enfatizando a criação de materiais pedagógicos que congreguem as tecnologias educacionais disponíveis.

d) Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): Neste momento, o aluno escolherá o professor orientador e, em conjunto, definirão o tema a ser pesquisado, a metodologia para a coleta dos dados e fará o levantamento bibliográfico para a construção do TCC.

3.4.2 Caracterização do tempo comunidade

a) Disciplinas (16 horas da carga horária de cada disciplina optativa e obrigatória de 60 horas): configuram-se em atividades práticas e teóricas, definidas em Cadernos de Atividades para cada Período, desenvolvidas nas comunidades e em escolas do campo, em diálogo com a realidade do campo e do exercício da docência. As atividades serão desenvolvidas agregando o ensino, a pesquisa e a extensão, podendo ser articuladas a projetos integradores.

b) Estágio Curricular Supervisionado: do sexto ao oitavo semestre o foco do tempo comunidade será a preparação dos alunos para a atuação docente e para a articulação dos conhecimentos científicos com a realidade do campo. Isso será realizado por meio das práticas de Estágio Supervisionado em escolas do campo, de modo a oportunizar a vivência in loco e o conhecimento de situações reais da Educação do Campo, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

c) Produção de dados para elaboração do TCC: os estudantes realizarão pesquisas de campo e atividades que darão suporte à elaboração do TCC. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos.

d) Apresentação dos resultados do tempo comunidade: o resultado das atividades desenvolvidas no tempo comunidade será socializado nas comunidades de origem dos alunos ou na academia.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Campus Ministro Reis Velloso (CMRV) experimentou crescimento na última década, acompanhando programas federais de expansão e reestruturação do ensino superior (Expansão e REUNI). Hoje, possui 12 cursos de graduação: bacharelados em Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Medicina, Psicologia e Turismo, e licenciaturas em Ciências Biológicas, Matemática e Pedagogia.

Possui 8 cursos de pós-graduação, sendo 5 *stricto sensu* e 3 *lato sensu*. Dentre os programas de pós-graduação *stricto sensu*, temos os programas acadêmicos em Biotecnologia, criado no ano de 2011 na modalidade Mestrado, e em 2019, foi aprovado APCN para abertura do programa no nível Doutorado; o Curso de Psicologia, nível mestrado, que teve seu início em 2016 e o programa de mestrado em Ciências Biomédicas, criado em 2014. Na modalidade Profissional, temos o Mestrado de Artes, Patrimônio e Museologia, que teve suas atividades iniciadas em 2013 e o mestrado em Saúde da Família, em 2015. Em 2016, foram iniciadas as atividades da Residência Multiprofissional em Atenção Básica/ Saúde da Família. Em 2019, teve início às atividades do Curso de Especialização em Gestão de Negócios e Empreendedorismo e, mais recentemente, no ano de 2023, o curso de Especialização em Biologia Vegetal (PRAE, 2022).

Além da capacidade instalada para atender as demandas locais, regionais e nacionais, a UFDPAr reestruturou suas pró-reitorias e vem delineando suas políticas institucionais, materializadas em planos estratégicos, órgãos e unidades organizadas para atender a missão da instituição, que consiste em “formar profissionais, produzir e socializar conhecimento científico com ética e inovação, comprometidos com o desenvolvimento da excelência no ensino, pesquisa e extensão para atuar com qualidade na sociedade e promover transformações sociais políticas, inclusivas e sustentáveis, constituindo-se como instituição estratégica para as questões regionais, nacionais e internacionais” (PDI, 2021).

Conforme o PDI da UFDPAR (2021), a Política de Comunicação Institucional tem como propósito instituir diretrizes e princípios de Comunicação, a qual como princípios norteadores: integrar as atividades comunicacionais institucionais já desenvolvidas na Reitoria, na Coordenadoria de Comunicação, nos órgãos suplementares, nos órgãos complementares e nas unidades de ensino; reconhecer as áreas convergentes à Comunicação Social, fomentando e viabilizando de forma sustentável as atividades técnicas e de ensino, pesquisa e extensão da área de Comunicação Social da UFDPAR; integrar e guiar os fluxos, processos e sentidos dinamizados à imagem e identidade institucional, renovando e promovendo a legitimidade da UFDPAR socialmente.

A UFDPAR está localizada em uma área de preservação ambiental de grande importância no Delta do Parnaíba, conhecida por sua biodiversidade. Nesse sentido, está elaborando um Plano de Logística Sustentável (PLS) por meio da Comissão nomeada pelo Reitor da Universidade na Portaria N° 447/UFDPAR, o qual visa a promover práticas que respeitem o ambiente local e contribuam para um futuro mais responsável. Do mesmo modo, assumiu o compromisso de adotar as normas internacionais ISO 14001 e ISO 14004, como fundamentos essenciais da estratégia de gestão ambiental da UFDPAR. Através desse plano, a UFDPAR busca incorporar uma gestão ambiental voltada para a eficiência energética e de recursos; efetivar a gestão responsável de resíduos; trabalhar a conscientização e a educação ambiental e preservar a biodiversidade.

A política institucional da UFDPAR inclui também a estruturação de seus órgãos suplementares, quais sejam: o Museu da Vila (MUV), a Estação de Aquicultura (ESTAQ), a Escola de Aplicação Ministro Reis Velloso (EAMRV) e a Prefeitura Universitária (PREUNI). E quanto às Unidades Especiais de Ensino, Pesquisa e Extensão a instituição já dispõe do Laboratório-Escola de Biomedicina (LEB), Serviço-Escola de Fisioterapia (SEF), Serviço-Escola de Psicologia (SEP), Coleção Zoológica do Delta do Parnaíba (CZDP) e Herbário do Delta (HDELTA).

4.1 Política de Ensino

É importante destacar os elementos que caracterizam a Política de Ensino da UFDPAR, sintonizada e articulada ao presente projeto. Ela tem como princípios pedagógicos: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação; a interlocução com as necessidades da sociedade, não apenas pelo viés mercadológico de formação superior ou de treinamento técnico, mas no sentido pleno da produção da cultura, do fazer ciência, do

desenvolvimento e transferência da tecnologia e da responsabilidade socioambiental; a articulação entre as unidades acadêmicas de produção de conhecimento e práticas; o fortalecimento da interprofissionalidade e do trabalho colaborativo; o uso preferencial de metodologias participativas; compreensão de que os processos de ensino e aprendizagem ultrapassam o espaço da sala de aula. Além desses princípios, a UFDPPar defende os seguintes eixos orientadores das práticas educativas e técnico-administrativas: interdisciplinaridade, interprofissionalidade, transversalidade, contextualização, flexibilidade, diversidade, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental (PDI, 2021).

4.2 Política de Assistência Estudantil

Do mesmo modo, e colada à Política de Ensino, temos a Política de Assistência Estudantil, a qual buscará dar suporte aos estudantes de graduação da educação do campo. A política da UFDPPar, executada pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, tem como objetivo ofertar serviços, ações e projetos de forma articulada com o ensino, pesquisa e extensão, visando contribuir para a permanência dos alunos na graduação. Esta função da assistência estudantil ligada à política de ensino é a materialização do que está disposto nos objetivos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em seu Art. 2º, onde temos os seguintes objetivos:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Os serviços que compõem a Divisão de Apoio e Permanência (Serviço Pedagógico, Serviço de Psicologia e Serviço Social) e o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade atuam de forma articulada com o Ensino, com foco em dirimir as situações de retenção em evasão dos discentes nos cursos de graduação.

No contexto da Política de Assistência Estudantil, a UFDPPar também instituiu a Política de Acesso e Permanência Estudantil, materializada na Política de Cotas, a fim de garantir a implementação de políticas públicas de inclusão social, atendendo e integrando novos grupos, historicamente excluídos do ambiente universitário. A instituição entende que o acesso e a permanência, no Ensino Superior, é um forte instrumento de inclusão social e a UFDPPar participar desse processo, reconhecendo e valorizando a existência da diversidade e os direitos

das populações tradicionais. Com a Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, e outras regulações vigentes, a UFDFPar viu e considera a mudança no perfil dos discentes.

Nesse sentido, busca garantir o previsto na Art. 3º da referida lei, criando as condições para a operacionalização da política de cotas, compreendendo que a

análise sobre a inclusão no espaço universitário integra o debate sobre seu papel em um projeto emancipatório e de combate a todas as formas de exploração, exclusão e a desigualdade social. Os educandos e educandas devem ser vistos (as) a partir de suas particularidades coletivas e individuais, da dinâmica da construção de sua história e as desiguais relações de poder resultantes (PDI, 2021, p. 64)

Como essa visão, a UFDFPar considera que a comunidade acadêmica não é homogênea e que suas políticas devem ater-se à heterogeneidade dos grupos que integram a instituição, buscando sempre (re) conhecer a realidade vivida pelos (as) discentes, além do ambiente universitário, como também em seu cotidiano, nos locais de convívio, moradia e lazer, ampliando as análises e incorporando enfoques que colaborem para a apreensão das desigualdades vividas. Entende também que a elaboração e desenvolvimento de políticas inclusivas devem ser desenvolvidas de forma intersetorial (PREG, PREUNI, Reitoria) e dialogando com a comunidade interna e externa.

Avançando ainda mais nas Políticas de Assistência, Acesso e Permanência Estudantil, a UFDFPar instituiu, em maio de 2021, o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NIA), visando alinhar as diretrizes institucionais a uma perspectiva inclusiva. O NIA tem como objetivo principal promover ações que visem eliminar ou minimizar barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e comunicacionais, as quais restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico da pessoa com deficiência. Dentre as ações desenvolvidas pelo NIA estão as orientações pedagógicas voltadas a indicar as adaptações necessárias para práticas heterogêneas que permitam a inclusão das pessoas com deficiência (PDI, 2021).

4.3 Políticas de Pesquisa e de Extensão

No que tange à Política de Pesquisa, a UFDFPar a considera de forma central e estratégica, onde a pesquisa constitui um dos pilares da formação e por premissa visa

produzir conhecimentos nas diversas áreas e em sintonia com as demandas do desenvolvimento local, regional e nacional, de modo a atender aos interesses

da sociedade e contribuir para uma formação humana e cidadã dos trabalhadores (as) brasileiros (as), assegurando-lhes uma permanente atualização ante os avanços e desafios sociais e tecnológicos (PDI, 2021, p. 53).

Portanto, para a instituição, a pesquisa deve estar articulada aos saberes existentes e considerar as necessidades dos indivíduos e da sociedade; deve buscar respostas às necessidades que emergem na articulação entre os currículos desenvolvidos pela instituição educativa e os anseios da comunidade. Desse modo, a UFDPPar desenvolve sua política de pesquisa associada às atividades de ensino, extensão e inovação, com foco na relevância social e no desenvolvimento tecnológico e científico.

Na UFDPPar, o processo de ensino e aprendizagem na Educação do Campo, vai estar umbilicalmente articulado à Política de Extensão e Cultura da instituição. Ela é concebida a partir de diretrizes e princípios institucionais e acadêmicos, seguindo a Política Nacional de Extensão. Tem como objetivo estabelecer uma conexão entre as atividades de Ensino e Pesquisa e as demandas regionais, buscando construir uma sociedade mais justa e igualitária; visa garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico, que está integrado ao Ensino e à Pesquisa, buscando promover uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, incentivando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade.

A operacionalização dessa política, ocorre por meio do desenvolvimento de programas e projetos comprometidos com a inclusão social, em parceria com os movimentos sociais organizados. Também visa a produção, fortalecimento e a disseminação do conhecimento, cultura, arte e com propostas inovadoras para a sociedade e para a formação do (a) profissional cidadão(a). A UFDPPar adota as diretrizes do Plano Nacional de Extensão, as quais são expressas nos cinco princípios fundamentais: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; Impacto na Formação do Estudante; Compromisso com a transformação social (PDI, 2021).

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem, no presente projeto, é compreendida como um dos elementos centrais e tem como foco principal a organização e implementação do trabalho pedagógico. É também entendida como um instrumento capaz de evidenciar que conhecimentos são considerados como válidos e que sustentam as bases da proposta de educação que se pretende desenvolver.

Nesse sentido, demarca-se que o conceito e os fundamentos do processo de avaliação que orientarão o ensino e a aprendizagens no presente projeto consideram a história, os contextos socioculturais e as particularidades da atuação e trabalho das educandas e dos educandos alvos das ações de ensino e das aprendizagens. Tem-se que a educação oferecida às áreas rurais do país e a luta pelo direito de produzir conhecimento válido trouxe/traz à tona os lugares e as vozes silenciadas ao longo da nossa história enquanto sujeitos – coletivos e individuais – marginalizados (ARROYO, 2012), sujeitos esses que passam a propor uma forma outra de contar a sua própria história.

Desse modo, tendo como pressuposto um projeto de educação que concebe os saberes e os fazeres dos povos do campo como forma autêntica e válida de produção de conhecimentos, o presente projeto pensa e utilizará formas e estratégias de avaliação que potencializem e ressignifiquem os saberes advindos do campo, distanciando-se de um modelo de avaliação centrado na seleção, na classificação e na valorização exacerbada dos conteúdos. Considerando a perspectiva assinalada, a Avaliação da Aprendizagem buscará atender às especificidades e às diferenças das (os) estudantes docentes, sendo espaço de validação e de afirmação dos conhecimentos que sustentam as formas de organização política, econômica, social, cultural e epistêmica dos povos do campo (TORRES, 2018).

Concordamos com Torres (2018), quando afirma que o currículo e a avaliação figuraram/figuram como espaços de circulação e validação de “verdades”, sustentando o abismo que de um lado exalta os conhecimentos de referência e a negação da diferença, e de outro, a complexidade dos sujeitos, territórios e conhecimentos extremamente plurais. Acreditamos que essa visão tem como base o paradigma que se apoia na concepção convencional do espaço rural, a qual não se propõe a fazer interrelações emergentes com a sociedade brasileira nem incorpora as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais; esse paradigma compreende a relação ser humano-natureza como exclusão, marcada por sua capacidade de força de trabalho e de produção de riquezas através da acumulação material de poucos, excluindo a maioria; esse paradigma seleciona e rejeita ideias integradoras, não respeita nem considera os conhecimentos e os saberes tradicionais das trabalhadoras e trabalhadores do campo. É por isso que na visão do rural convencional o conceito de educação

(rural) esteve sempre associado a um projeto educativo precário, atrasado, com pouca qualidade (MARTI, 2004).

A concepção de currículo e avaliação está, pois, ancorada no paradigma da educação do campo, o qual nasceu das lutas pela terra e pela reforma agrária, compreende o campo como espaço de desenvolvimento territorial do trabalho familiar na agricultura, a relação campo-cidade como processo de interdependência, marcado por contradições e exigências socio-territoriais coletivas; espaço de construção da autonomia e identidade das populações do campo. Esse paradigma procura romper com a alienação do território, buscando construir conhecimentos a partir da relação local-global-local.

5.2 Avaliação do Rendimento Escolar

Os procedimentos de avaliação das aprendizagens nos componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, deverão considerar a regulamentação geral dos curso de graduação da UFDPAr, contidas na Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), Nº 177/2012 e alterações realizadas em 2018, a qual leva em conta a contabilização de da carga horária e consequente integralização dos componentes curriculares, focalizando no processo formativo as competências e habilidades adquiridas e desenvolvidas pelas educandas e educandos, bem como sua assiduidade, entendida como a frequência às atividades didáticas (aulas teóricas e práticas e demais atividades exigidas em cada componente), programadas para o período letivo.

O processo avaliativo implica ainda no acompanhamento contínuo do desempenho das educandas e dos educandos, sob forma de prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros instrumentos constantes no plano do componente curricular.

5.2.1 Modalidade, Número e Periodicidade das Avaliações das Aprendizagens

Ao definir a modalidade, o número e a periodicidade das avaliações das aprendizagens no contexto deste projeto, afirmamos que é importante considerar a especificidade do campo curricular, estruturada nos eixos disciplinares presentes no projeto curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Defendemos que essa especificidade do campo curricular se reconhece na sua conexão com a prática educativa e os contextos socioculturais no qual está inserido (PACHECO, 2005). Portanto, estamos atentos para a questão de que o currículo, seus

conteúdos e fundamentos, bem como a avaliação das aprendizagens, não podem estar dissociados dos contextos e dos sujeitos que os materializam e traduzem, trazendo e produzindo sentido e concretude às teorias e práticas estudadas, a fim de que sejam expressas na sua natureza interventiva e contextual.

Quanto à modalidade da avaliação, o curso fará uso das avaliações diagnóstica, formativa e somativa, considerando três dimensões: os sujeitos, sua história, seus saberes, práticas, habilidades e potencialidades; os territórios rurais e escolares, suas características, especificidades históricas e socioculturais, potencialidades, problemas e desafios; leitura e conhecimentos sobre o campo.

A avaliação diagnóstica visa conhecer a realidade (institucional ou social), identificar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades junto aos educandos e educandas, inclusive buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem; identificar potencialidades, problemas e desafios no ensino e na aprendizagem. Trata-se de uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento das educandas e dos educandos, avaliando o antes e o depois da intervenção educativa (SANT'ANNA, 2014).

Já a avaliação formativa é definida enquanto acompanhamento dos processos educacionais com a função de fornecer informações quanto à organização e desenvolvimento das atividades desempenhadas. A avaliação somativa é designada como fomentadora do julgamento de valor, que deve ser efetivamente realizada ao final de um processo ou programa (SCRIVEN, 1967).

No que se refere ao número de avaliações parciais, o curso seguirá a orientação geral já presente na regulamentação dos cursos de graduação da UFDPAr: realizará três avaliações ao longo do semestre letivo, culminando numa média, calculada pelo somatório das três avaliações parciais, chegando-se assim à avaliação final. Tomaremos como base os Arts. 98 a 106, da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), Nº 177/2012, e alterações realizadas em 2018, para organizar e conduzir os procedimentos de avaliação quanto à assiduidade, bem quanto a outras questões ligadas aos critérios, cálculo das notas, chamadas, entre outros pontos.

5.2 Avaliação do Currículo e do Curso

Os procedimentos de avaliação do Currículo e do Curso, também se pautarão pela Resolução CEPEX/UFPI-UFDPAr Nº 177/2012, atualizada em 2018, o qual define ser de responsabilidade do **Colegiado do Curso, da Coordenação do Curso e do Núcleo Docente**

Estruturante (NDE) a avaliação e as mudanças no projeto pedagógico do curso (PPC), sendo submetida à Coordenação de Currículo da Pró-Reitoria de Graduação (CC/PREG), precisando ser homologadas pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN).

A avaliação do PPC do Curso de Licenciatura em Educação do Campo buscará averiguar as necessidades de mudanças que venham a contribuir com a qualidade da formação oferecida e avaliar os impactos e êxitos do currículo. Nesse sentido, avaliaremos considerando o processo avaliativo como um procedimento dialético, uma atividade contínua de conhecimento. Avaliaremos para conhecer quando corrigimos construtiva e solidariamente com quem aprende, com quem ensina, não para confirmar ignorâncias, desqualificar esquecimentos, penalizar aprendizagens não-adquiridas (ÁLVAREZ-MÉNDEZ, 2002).

Compreendemos a avaliação como um lugar de sistematização e problematização do conhecimento, para além de dados que coletamos no processo avaliativo, que não são suficientes para certificar o curso e as aprendizagens, mas como uma base dialética e reflexiva que envolvem a proposta curricular, a instituição ofertante, a equipe de docentes, o grupo de discentes, o saber e os impactos do curso na realidade do campo.

Nesse sentido, a avaliação da formação acadêmica e profissional do curso é uma atividade estruturada que permite a apreensão da qualidade do projeto curricular no contexto da realidade institucional da IES e da realidade camponesa, esta última o espaço e o contexto que esperamos afetar com a ação formativa.

No processo avaliativo do currículo e do curso, levaremos em conta alguns elementos centrais:

- 1 - A concepção de Projeto Pedagógico de Curso (PPC), sua relação com o PDI da UFDPAr e sua articulação com realidade do campo, a fim de averiguar até ponto o curso responde às demandas da formação apontadas pelo território rural e a impacta essa realidade;
- 2 – O próprio PPC do curso, focalizando as seguintes dimensões: organização didático-pedagógica; corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e infraestrutura instalada.

Duas dimensões serão consideradas na avaliação do currículo e do curso: o **processo**, considerado em sua inteireza, e os **resultados** (impactos) na vida dos sujeitos aprendentes, no contexto institucional e nas práticas desenvolvidas pelas educandas e educandos em seus territórios de atuação. Todo o processo será conduzido pelas instâncias já assinaladas, em articulação com outros atores, de modo a democratizar o processo avaliativo e mobilizar atores externos.

Como se observa, adotaremos uma perspectiva sistêmica e democrática na avaliação do curso e do currículo, entendendo que “toda ação formativa é uma ação curricular e todo currículo é uma escolha, uma tomada de decisão do que se ensina e para quem ensinar” (BEZERRA et al,2022, p. 48). O currículo é sempre o resultado de uma seleção de um universo mais amplo de conhecimento e saberes a outro mais específico; é escolher quais conteúdos se deseja ensinar e qual tipo de ser humano se quer formar, sendo, portanto, uma operação de poder (SILVA, 2017).

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas Obrigatórias

1º PERÍODO

Nome:		Código:
Seminário de Introdução ao Curso		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
1.0.0	15h	---
EMENTA:		
Informações sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e o Regimento interno da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
UFPI. Resolução CONSUN\UFPI N°21 de 2000. Regimento Interno da UFPI, 2000.		
UFPI. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, 2013.		
UFPI. Resolução CEPEX N° 177 de 2012. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí, de 05 de novembro de 2013. Disponível em: http://www.ufpi.br/arquivos/normas/CEPEX .		
UFPI. Resolução Conjunta CONSUN N° 020 de 2020, de 1° de julho de 2020. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020 a 2024. Disponível em:< https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI/PDI_2020_2024_UFPI.pdf >		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: N° 9394/96. Brasília: 1996.		
UFPI. Resolução CONSUN\UFPI N° 032 de 2005. Estatuto da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: < http://www.ufpi.br/arquivos/estatuto e regimentoUFPI >		
UFPI. Resolução CEPEX N° 017 de 2011. Guia acadêmico do aluno 2011. Disponível em: < http://www.ufpi.br/arquivos/guia >		
4. UFPI. Relatório de auto avaliação da UFPI, 2012. Disponível em: < http://www.ufpi.br/arquivos/cpa >		

Nome:		Código:
Filosofia da Educação		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		

<p>Filosofia e Filosofia da Educação: concepções e especificidades da Filosofia; concepções de Educação; tarefas da Filosofia da Educação. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão teleológica da práxis educativa. Filosofia da Educação e a formação do professor do campo. As novas racionalidades da pós-modernidade e educação do campo.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>
<p>1. DELEUZE, G. Que é filosofia? 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. 279 p. 2. KNELLER, G. F. Introdução a filosofia da educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, s.d. 133 p. 3. LUCKESI, C. C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1992. 183 p.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>
<p>1. ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 1982. 214 p. 2. GHIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). Que é filosofia da educação? 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 326 p. 3. LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S. (Colab.). Introdução à filosofia: aprendendo a pensar. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 271 p. 4. SEVERINO, A. J. Filosofia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 211 p. 5. SEVERINO, A. J. Filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 255 p.</p>

Nome:		Código:
Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
O conhecimento científico. Conceitos de ciência. A ciência como construção humana. Metodologia do Trabalho Científico. Pré-requisitos do Trabalho Científico. Visão Geral do Trabalho Científico. Elaboração do Trabalho Científico. O Processo do conhecimento científico.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. (Colab.). Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 159 p. 2. DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 118 p. 3. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 425 p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>1. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p. 2. FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 405 p. 3. GOLDENBERG, M. Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 107 p. 4. KOCH, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p. 5. LAVILLE, C.; DIONNE, J. (Org.). Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 340 p.</p>		

Nome:		Código:
História, Identidade e Memória dos Povos do Campo		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
O Brasil Camponês: a multiplicidade dos sujeitos e da cultura (produção, <i>modus vivendi</i>) do Campo. O desenvolvimento do campo: colônia, império, república. Reforma agrária. Resistência no campo: as Ligas Camponesas, as Organizações sociais de Trabalhadores Rurais. O papel dos movimentos sociais rurais e urbanos no processo de democratização do Brasil. A importância histórica dos movimentos sociais na luta pelos direitos sociais: o caráter histórico desses movimentos no século XXI. Histórico das políticas educacionais para o Campo. Cultura e memória; construções imaginárias e identidades. Memória, identidade e história de vida. História das políticas educacionais para o campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

1. FERNANDES, B. M. (Org.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas..... São Paulo: UNESP, 2009. 326 p.
2. GOHN, M. G. M. Movimentos sociais e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 117 p. (Questão da Nossa Época, 5)
3. MOTTA, M. (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: UNESP, 2008. 350 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. GODOI, E. P. (Org.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP, 2009. 336 p.
2. NEVES, D. P. (Org.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: UNESP, 2008. 271 p.
3. NOSELLA, P. Origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012. 288 p.
4. SANTOS, G.; KRUEL, K. (Colab.). História do Piauí. Teresina: Zófacó, 2009. 538 p.
5. WELCH, C. A. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP, 2009. 335 p.

Nome:		Código:
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Estado, Sociedade, Movimentos Sociais do Campo e Educação. Políticas Públicas para educação no campo no Brasil. Currículo e Escola Rural. História, Princípios e Identidade da Educação do Campo. Educação do Campo, Currículo Integrado, Trabalho e Pesquisa como Princípios Educativos. Institucionalização da Educação do Campo e Projetos Pedagógicos em Educação do Campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (Org.). Educação do campo: identidades e políticas públicas. Brasília: Articulação nacional por uma educação do campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, 4). Disponível em: < http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf >		
2. GHEDIN, E. (Org.). Educação do campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012. 448 p.		
3. MUNARIM, A.; SCHMIDT, W.; PEIXER, Z. I. (Org.). Educação do campo: políticas e práticas em Santa Catarina. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. 304 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). Por uma educação do campo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 214 p.		
2. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 184 p.		
3. LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1995. 149 p. (Coleção Educar, 1)		
4. PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Colab.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 224 p.		
5. ZAMBERLAN, S. Pedagogia da alternância. Vitória: Mepes, 1996.		

Nome:		Código:
Psicologia da Educação		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
A ciência psicológica e a Psicologia da Educação. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem: aspectos psicossociais (motivação, auto-conceito e auto-estima). Dificuldades de aprendizagem das subjetividades dos sujeitos do campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. (Colab.). Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 368 p.		
2. BRAGHIROLI, E. M.; BISI, G. P. (Colab.). Psicologia geral. 31. ed. Porto Alegre: Vozes, 2012. 235 p.		
3. SALVADOR, C. C. (Org.). Psicologia da educação. Porto Alegre: ArtMed, 1999. 209 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

1. BOCK, A. M. B.; GONCALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Colab.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 224 p.
2. DAVIDOFF, L. L. **Introdução à psicologia**. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006. 798 p.
3. FONTANA, R. A. C.; CRUZ, M. N. (Colab.). **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997. 232 p.
4. LUSTOSA, A. V. M. F.; CARVALHO, M. V. C. (Org.). **Psicologia da educação: saberes e vivências**. Teresina: EDUFPI, 2004. 213 p.
5. MOREIRA, P. R. **Psicologia da educação: interação e identidade**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1996. 103 p.

Nome:		Código:
História da Educação		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
História da Educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período. A escola do campo na história da educação do Brasil e do Piauí.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARANHA, M. L. A. História da educação. São Paulo: Moderna, 1994. 288 p. 2. FREITAS, G. B. Escola, estado e sociedade. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986. 142 p. 3. LOPES, E. M. T. Perspectivas históricas da educação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. 80 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. GUIRALDELLI JUNIOR, P. História da educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 240 p. 2. LUZURIAGA, L. História da educação e da pedagogia. 18. ed. São Paulo: Nacional, 1990. 292 p. (Atualidades Pedagógicas, 59) 3. MANACORDA, M. A. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 382 p. 4. ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil (1930/1973). 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 267 p. 5. SAVIANI, D.; RAMA, G.; GREGÓRIO, W. (Org.). Para uma história da educação latino-americana. Campinas: Autores Associados, 1996. 79 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 52) 		

2º PERÍODO

Nome:		Código:
Didática Geral		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
2.2.0	60h	Psicologia da Educação – CPP012
EMENTA:		
Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação entre professor e aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BEHRENS, M. A. O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica. Curitiba: Champagnat, 2010. 2. CUNHA, M. I. A docência como ação complexa: o papel da didática na formação de professores. In: MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A. (Orgs.) Conhecimento Local e Conhecimento Universal: pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, 2004. 3. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2008. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CANDAU, V. M. Didática em questão. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 127 p. 2. HYDT, R. C. C. Curso de Didática Geral. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006 3. MARTINS, P. L. O. As formas e práticas de interação entre professor e alunos. In: VEIGA, L. P. A. Lições de didática. Campinas: SP: Papirus, 2006. 4. VEIGA, I. P. A. As dimensões do processo didático na ação docente. In: A aventura de formar professores. Campinas, SP: Papirus, 2009 5. ZABALA, A. Prática educativa: como ensinar. Porto Alegre, ArtMed, 1998. 		

Nome:		Código:
Educação e Movimentos Sociais do Campo		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
<p>Protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais no campo. Mobilização social. Políticas educacionais no campo e o papel das organizações sociais. Conquistas históricas dos movimentos sociais do campo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (Org.). Por uma Educação do campo: identidades e políticas públicas. Brasília: Articulação nacional por uma educação do campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, 4). Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf></p> <p>2. GOHN, M. G. M. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 383 p.</p> <p>3. SOUZA, M. A. Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006. 135 p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>1. BATALHA, C. O movimento operário na primeira república. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 80 p.</p> <p>2. FERNANDES, B. M. (Org.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas..... São Paulo: UNESP, 2009. 326 p.</p> <p>3. GOHN, M. G. M. Movimentos sociais e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 177 p.</p> <p>4. MEJIA, M. R. Transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 88 p.</p> <p>5. MOTTA, M. (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: UNESP, 2008. 350 p.</p>		

Nome:		Código:
Legislação e Organização da Educação Básica		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
<p>A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). Diretrizes operacionais para a Educação do Campo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. BRZEZINSKI, I. (Org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 308 p.</p> <p>2. DEMO, P. Nova LDB: ranços e avanços. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 109 p.</p> <p>3. SAVIANI, D. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 162 p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>1. CURY, C. R. J. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 201 p.</p> <p>2. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. 207 p.</p> <p>3. SHIROMA, E. O. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 126 p.</p> <p>4. SILVA, E. B. (Org.). Educação Básica pós-LDB. São Paulo: Thomson, 2003. 223 p.</p> <p>5. SOUZA, P. N. P.; SILVA, E. B. (Colab.). Como entender e aplicar a nova LDB: lei 9.394/96. São Paulo: Pioneira, 1997. 140 p.</p>		

Nome:		Código:
Políticas Públicas de Educação do Campo		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
<p>Definições e concepções acerca das políticas públicas. A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A política educacional no contexto das políticas sociais, com ênfase para as destinadas ao campo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

1. BRASIL. CNE. **diretrizes operacionais para a Educação Básica das escolas do campo** (Parecer Nº36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf>.

2. SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 162 p.

3. SHIROMA, E. O. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 126 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Caderno Cedes**, v. 27, n. 72, p. 157-176, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf>.

2. FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 149 p. (Mundo Hoje, 10)

3. FREIRE, P. **Política e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 119 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 23)

4. GUIMARÃES, S. J.; BARROS JUNIOR, F. O.; SILVA, M. R. F. (Colab.). **Políticas públicas em tempos de diversidade**. Teresina: EDUFPI, 2006. 284 p.

5. MUNARIM, A. Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. **Em Aberto**, v. 24, n. 85, p. 51-63, 2011. Disponível em: <emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2485/2442>

Nome:		Código:
Sociologia da Educação		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos. Os sujeitos e os modos de produção e organização no campo. As formas de organização e resistência camponesa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. DEMO, P. Sociologia: uma introdução crítica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 159 p.		
2. KRUPPA, S. M. P. Sociologia da educação . São Paulo: Cortez, 2002. 155 p.		
3. MANNHEIM, K.; STEWART, W. A. C. (Coord.). Introdução à sociologia da educação . 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1978. 202 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. DURKHEIM, E. Educação e sociologia . 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 90 p.		
2. MARTINS, C. B. Que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 2006. 104 p. (Coleção Primeiros Passos, 57)		
3. NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. (Colab.). Bourdieu & a educação . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 126 p.		
4. NOGUEIRA, M. A. Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 183 p.		
5. TORRES, C. A. Sociologia política da educação . São Paulo: Cortez, 1993. 104 p.		

Nome:		Código:
Teoria do Currículo e Sociedade		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
Fundamentos teórico-metodológicos e legais do currículo. Teorias curriculares, concepções, tendências, avaliação e planejamento curricular. Relações Étnico-Raciais e educação. Experiências curriculares formais e não formais. Produção de saberes e fazeres nas escolas do campo. Currículo das escolas do campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. GIROUX, H. Currículo, cultura e sociedade . 2. ed. São Paulo: Artmed, 2000.		
2. MOREIRA, A. F. (Org.). Currículo, cultura e sociedade . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 154 p.		
3. ZABALA, A. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar . Porto Alegre: Artmed, 2002. 248 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

1. CANEN, A. (Org.). **Ênfase e omissões no currículo**. Campinas: Papirus, 2001. 240 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
2. GIROUX, H. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. 270 p.
3. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. (Org.). **Organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 199 p.
4. LOPES, A. C. (Org.). **Disciplinas e integração curricular**: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 220 p.
5. VEIGA, I. P. A.; CARDOSO, M. H. F. (Org.). **Escola fundamental**: currículo e ensino. Campinas: Papirus, 1995. 216 p.

3º PERÍODO

Nome:		Código:
Química Básica		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	-
EMENTA:		
Classificação macroscópica de substâncias químicas. Organização dos elementos conhecidos e suas propriedades. Representação das transformações químicas; conceitos fundamentais para a compreensão de transformações químicas em nível de atômico e molecular; normas de segurança e manipulações básicas em laboratório. Ligações e reações Químicas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BROWN, T. L. Química, a ciência central. 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 972 p. 2. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M. (Colab.). Química geral e reações químicas. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2005. 672 p. 3. ROZENBERG, I. M. Química geral. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1981. s.p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2001. 1030 p. 2. BRITO, M. A.; PIRES, A. T. M. Química básica: teoria e experimentos. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. 231 p. 3. FEITOSA, A. C.; FERRAZ, F. C. Segurança em laboratório. Bauru: UNESP, 2000. 4. LENZI, E. et al. Química geral experimental. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004. 360 p. 5. OLIVEIRA, E. A. Aulas práticas de química. São Paulo: Moderna, 1993. 81 p. 		

Nome:		Código:
Biologia Celular		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Estrutura e evolução das células. Células procariotas e eucariotas. Os vírus e suas relações com as células. Métodos de estudo da célula e uso do microscópio. Células: Estrutura, composição química e funções dos componentes celulares. Sistema de endomembranas. Citoplasma. Núcleo. Citoesqueleto. Matriz extracelular. Divisão, Controle e Morte Celular. Mecanismos de diferenciação celular. Noções de sinalização celular.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. SADAVA, D. et al. Vida: A ciência da Biologia. Artmed. 11. ed. Grupo A, 2019. 2. BRAY, D.; ALBERTS, B.; HOPKIN, K. (Colab.). Fundamentos da biologia celular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 843 p. 3. LODISH, H. et al. Biologia celular e molecular. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 1054 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

1. ALBERTS, B. *Biologia molecular da célula*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1268p.
2. DE ROBERTIS, E.; HIB, J. (Colab.). *De Robertis: bases da biologia celular e molecular*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 389 p.
3. COOPER, G. M.; HAUSMAN, R. E. (Colab.). *Célula: uma abordagem molecular*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 718 p.
4. TURNER, P. C. et al. *Biologia molecular*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 287 p.
5. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. *Bioquímica celular e biologia molecular*. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 360 p.

Nome:		Código:
Astronomia Básica		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Aspectos Históricos da Astronomia: os mitos da criação do universo, o modelo geocêntrico e geostático de Ptolomeu, o universo aristotélico, a cosmogonia Newtoniana. Gravitação universal e suas aplicações nas Ciências da Natureza: Lei da Gravitação Universal e Leis de Kepler. Organização e dinâmica do sistema solar: esfera celeste e sistemas de coordenadas, estrelas, constelações, a Via Láctea e o universo conhecido. Fenômenos astronômicos básicos: eclipses, fases da lua, marés e estações do ano.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BOCZKO, R. Conceitos de Astronomia. 3.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1995. 2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 2. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2002. 3. ROCHA, J. F. Origens e Evolução da Ideias da Física. Salvador: Editora da UFBA, 2002. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Física. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2009. 2. SERWAY, R. A.; JEWETT, J. W. Princípios de Física. Vol. 2. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 3. MACIEL, W. J. Astronomia e astrofísica. São Paulo: IAG/USP, 1991. 4. HAWKING, S. O Universo numa Casca de Noz. São Paulo: ARX, 2002 5. Revista Latino Americana de Educação em Astronomia - http://www.relea.ufscar.br/. 		

Nome:		Código:
Protoctistas e Fungos		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Caracterização, morfologia, biologia, importância, ecologia e sistemática dos principais grupos de Protoctistas e Fungos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. RAVEN, P.H.; EVERT, R.F.; EICHHORN, S.E. Biologia Vegetal. 6. ed. Guanabara Koogan, 2001. 2. MARGULIS, L. Cinco reinos: um guia ilustrado dos filós da Vida na Terra. 3. ed. Guanabara Koogan, 2013. 3. RUPPERT, E.E.; FOX, R.S.; BARNES, R.D. Zoologia dos Invertebrados: Uma Abordagem Funcional-evolutiva. 7. ed. Roca, 2005. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRUSCA, R.C.; BRUSCA, G.J. Invertebrados. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 2. ESPOSITO, E.; AZEVEDO, J. L. Fungos: uma introdução à biologia, bioquímica e biotecnologia. EDUCS, Caxias do Sul. 2004. 510 p. 3. GUERRERO, R.T.; DA SILVEIRA, R.M.B. Glossário Ilustrado de Fungos: termos e conceitos aplicados à micologia. 1. ed. UFRGS, 2003. 4. PUTZKE, JAIR; PUTZKE, MARISA, T.L. Os reinos dos fungos. Santa Catarina: EDUNISC, 2002. (Vol. 1 e 2) 5. TORTORA, G.J. et al. Microbiologia. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 934 p. 		

Nome:		Código:
Ecologia		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		

Introdução a Ecologia: Conceitos básicos. A energia nos sistemas ecológicos. Ciclagem de nutrientes. Fatores limitantes e o ambiente físico. Dinâmica de populações. Interações intra e interespecíficas. Sucessão ecológica. Padrões de diversidade. Conceito de bioma e principais ecossistemas terrestres.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
1. DAJOZ, R. Princípios de ecologia . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 519 p. 2. RICKLEFS, R. E. A economia da natureza . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 543 p. 3. TOWNSEND, C. R., BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos da ecologia . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 592 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. BEGON, M.; TOWNSEND, C. R (Colab.). Ecologia: de indivíduos à ecossistemas . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 752 p. 2. CAIM, M. L. Ecologia . Porto Alegre: ArtMed, 2011. 640 p. 3. LAGO, A.; PADUA, J. A. (Coord.). Que é ecologia . São Paulo: Abril Cultural, 1985. 108 p. 4. ODUM, E. P. Ecologia . Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434 p. 5. PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em ecologia . Porto Alegre: ArtMed. 2000. 252 p.

Nome:		Código:
Matemática para o Ensino de Ciências		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Equações do 1º e do 2º graus; Funções Elementares e suas aplicações; Estatística elementar e suas aplicações.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BARBANTI, L.; MALACRIDA JUNIOR, S. A. (Colab.). Matemática superior: um primeiro curso de cálculo . São Paulo: Pioneira, 1999. 247 p. 2. MORGADO, A. C.; CESAR, B. (Colab.). Matemática básica: teoria e mais de 750 questões resolvidas . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 180 p. 3. SCHEINERMAN, E. R. Matemática discreta: uma introdução . São Paulo: Thomson, 2006. 532 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BOLDRINI, J. L.; COSTA, S. I. R. (Colab.). Álgebra linear . 3. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1980. 411 p. 2. CARACA, B. J. Conceitos fundamentais da matemática . 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2003. 324 p. 3. CONTADOR, P. R. M. Matemática: uma breve história . 3. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2008. 4. DIENES, Z. P. Seis etapas do processo de aprendizagem em matemática . São Paulo: EPU, 1986. 72 p. 5. SPIVAK, M. Cálculo em variedades . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003. 168 p.		

4º PERÍODO

Nome:		Código:
Metodologia do Ensino de Ciências		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Didática Geral
EMENTA:		
Aspectos históricos e tendências atuais do ensino de Ciências. Métodos e técnicas adequadas ao ensino de Ciências. Abordagem dos conteúdos no ensino de Ciências: seleção, sequência e metodologia. Materiais didáticos e paradidáticos para o ensino de Ciências. Construção de materiais didáticos para o ensino de Ciências. Avaliação da aprendizagem em Ciências.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. CACHAPUZ, A. et al. Necessária renovação do ensino das ciências . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 264 p. 2. CARVALHO, A. M. P.; GIL-PEREZ, D. (Colab.). Formação de professores de ciências: tendências e inovações . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 120 p. 3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do ensino de ciências . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

1. BELTRAN, M. H. R.; TRINDADE, L. S. P. (Org.). Histórias da ciência e ensino: abordagens interdisciplinares. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017. Série Temas em História da Ciência.
2. BYNUM, William. Uma breve história da ciência. Porto Alegre: L&PM, 2018. 5 ex
3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p.
4. MENDES SOBRINHO, J. A. C. (Org.). Ensino de ciências naturais: saberes e práticas docentes. Teresina: EDUFPI, 2013. 190 p.
5. POZO, J. I. Aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 296 p.

Nome:		Código:
Química Orgânica		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Química Básica
EMENTA:		
Conceitos fundamentais. Funções orgânicas. Estereoquímica. Lipídios. Carboidratos. Proteínas. Métodos de separação de compostos orgânicos. Alguns compostos orgânicos do metabolismo secundário dos seres vivos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. ALLINGER, N. L. et al. Química orgânica . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1976. 961 p.		
2. MCMURRY, J. Química orgânica . 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 614 p.		
3. SOLOMONS, G. T. W.; FRYHLE, C. B. (Colab.). Química orgânica . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BRUCE, P. Y. Química orgânica . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 641 p.		
2. FERREIRA, M.; MORAES, L. (Colab.). Química orgânica . Porto Alegre: Artmed, 2007. 150 p.		
3. MORRISON, R. T.; BOYD, R. N. Química orgânica . 13. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 1510 p.		
4. PAVANELLI, L. C. Química orgânica: funções e isomeria . São Paulo: Saraiva, 2014. 128 p.		
5. VOLLHARDT, K. P. C.; SCHORE, N. E. (Colab.). Química orgânica: estrutura e função . 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004. 1112 p.		

Nome:		Código:
Embriologia e Histologia Humana		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Biologia Celular
EMENTA:		
Métodos de estudo em embriologia. Formação dos gametas, processos de divisão, migração, crescimento e diferenciação celular que ocorrem durante o desenvolvimento embrionário inicial (Primeira semana de desenvolvimentos). Segunda semana de desenvolvimento. Terceira semana de desenvolvimento. Período fetal: Da quarta à oitava semana de desenvolvimento. Da nona semana de desenvolvimento ao nascimento. Morfologia e fisiologia dos tecidos básicos: Tecido Epitelial (Revestimento e Glandular), Tecido conjuntivo (Propriamente dito, Frouxo, Denso, Adiposo, Cartilaginoso, Sanguíneo, Ósseo), Tecido Muscular, Tecido Nervoso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. ROSS, M. H.; PAWLINA, W. (Colab.). Histologia: texto e atlas em correlação com biologia celular e molecular. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 987 p.		
2. MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. (Colab.). Embriologia clínica. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 609 p.		
3. GARTNER, L.P. Tratado de histologia. 5. ed. Grupo GEN, 2022.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. DI FIORE, M. S. H. Atlas de histologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 229 p.		
2. MAIA, G. D. Embriologia humana. São Paulo: Atheneu, 2007. 115 p.		
3. ROMERO, M. E. C. et al. Embriologia: biologia do desenvolvimento. São Paulo: Iatria, 2005. 190.		
4. GARCIA, S. M. L.; FERNÁNDEZ, C. G. Embriologia. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 416 p.		
5. CORMACK, D. H; NARCISO, M. S. (Trad.). Fundamentos de Histologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 371 p.		

Nome:		Código:
Gestão e Organização da Escola do Campo		

Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Gestão de Sistemas e Unidades Educacionais. Organização e função da escola. Organização e planejamento do Trabalho Pedagógico nas escolas do campo. Coordenação Pedagógica. O currículo e a avaliação da escola do campo. O Projeto Pedagógico das escolas do campo. Formas de organização e participação democrática nas escolas do campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BRASIL. CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer Nº36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: CNE, 2002. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf>		
2. GADOTTI, M. Organização do trabalho na escola : alguns pressupostos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 100 p.		
3. GANDIN, D. Prática do planejamento participativo : na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 182 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. KUENZER, A. Z. Planejamento e educação no Brasil . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 88 p. (Questões da Nossa Época, 21)		
2. LIBANELO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar : políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 544 p.		
3. MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). Currículo, cultura e sociedade . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 154 p.		
4. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira : a organização escolar. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. 207 p.		
5. SAVIANI, D. Escola e democracia . 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995. 104 p. (Polêmica do Nosso Tempo, 5)		

Nome:		Código:
Genética		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Biologia Celular
EMENTA:		
Bases Cromossômicas da hereditariedade. Leis de Mendel. Herança Ligada ao Sexo. Interação Gênica; Ligação, recombinação e mapeamento genético. Estrutura dos ácidos nucleicos. Replicação do DNA. Transcrição e processamento do RNA. Código genético e tradução do DNA. Controle da Expressão Gênica; Mutação e Reparo do DNA.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BURNS, G. W.; BOTTINO, P. J. Genética . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 381 p.		
2. LEWONTIN, R. C.; GRIFFITHS, A. J. F.; WESSLER, S. Introdução à genética . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 742 p.		
3. NUSSBAUM, R. L.; WILLARD, H. F.; MCINNES, R. R. (Colab.). Thompson & Thompson genética médica . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 385 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. ALBERTS, B. Biologia molecular da célula . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1268 p.		
2. BORGES-OSORIO, M. R.; ROBINSON, W. M. Genética humana . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 459 p.		
3. BRAY, D.; ALBERTS, B.; HOPKIN, K. (Colab.). Fundamentos da biologia celular . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 843 p.		
4. MALUF, S. W.; RIEGEL, M. Citogenética humana . 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 334 p.		
5. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. Bioquímica celular e biologia molecular . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 360 p.		

Nome:		Código:
Avaliação da Aprendizagem		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Didática Geral
EMENTA:		

Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011
2. LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
3. HOFFMANN, J. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 152p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. DALBEN, Â. I. L. F. **Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
2. DEPRESBITERIS, L. **Avaliação educacional em três atos**. São Paulo: Editora SENAC, 1999.
3. HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 160 p.
4. MELCHIOR, M. C. **Sucesso escolar através da avaliação e da recuperação**. Porto Alegre: Premier, 2001. 101p.
5. MORETTO, V. P. **Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

5º PERÍODO

Nome:		Código:
Metodologia do Ensino de Biologia		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Didática Geral
EMENTA:		
Aspectos históricos e tendências atuais do ensino de Biologia. Temas atuais e tecnologias na prática de ensino de Biologia. Métodos e técnicas adequadas ao ensino de Biologia. Abordagem dos conteúdos no ensino de Biologia: seleção, sequência e metodologia. Materiais didáticos e paradidáticos para o ensino de Biologia. Construção de materiais didáticos para o ensino de Biologia. Avaliação da aprendizagem em Biologia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. ARMSTRONG, D. L. P.; BARBOZA, L. M. V. Metodologia do ensino de ciências biológicas e da natureza. Curitiba: InterSaberes. 2012. 232 p.		
2. CALDEIRA, A. M. A.; ARAUJO, E. S. N. N. (Orgs.). Introdução à didática da Biologia. São Paulo: Escrituras, 2009.		
3. KRASILCHIK, M. Prática de ensino de biologia. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. 199 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BELTRAN, M. H. R.; TRINDADE, L. S. P. (Org.). Histórias da ciência e ensino: abordagens interdisciplinares. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017. Série Temas em História da Ciência.		
2. BIZZO, N. Metodologia do Ensino de Biologia e Estágio Supervisionado. São Paulo: Ática Educadores, 2012.		
3. FRIGOTTO, G. (Org.) Ensino médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC/SEMTEC. 2004.		
4. MARIOTTO, L.M; VAZ, G.D. Teoria e Prática: Diferentes Abordagens no Ensino de Biologia. Ribeirão Preto: JLM, 2017. 226 p.		
5. MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo: Cortez, 2009.		

Nome:		Código:
Físico-Química Básica		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Química Básica
EMENTA:		
Propriedades dos gases. A primeira lei da termodinâmica. A segunda lei da termodinâmica. Transformações físicas. Misturas simples. Diagramas de fases. Equilíbrio químico. Movimento das moléculas. Velocidade das reações químicas. Processos nas superfícies sólidas. Experimentos relacionados com os seguintes temas: propriedades físico-químicas das substâncias; termoquímica; cinética química; equilíbrio químico; eletroquímica e físico-química das superfícies.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

1. ATKINS, P.W.; DE PAULA, J. Físico-Química , v. 1 e 2. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2008.
2. CASTELLAN, G.W. Físico-Química , v. 1. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1984.
3. SOUZA, E. Fundamentos de Termodinâmica e Cinética Química . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. ATKINS, P.W.; DE PAULA, J. Físico-Química Biológica . Rio de Janeiro: LTC Editora, 2008.
2. NETZ, P.A.; ORTEGA, G.G. Fundamentos de Físico-Química: uma abordagem conceitual para as Ciências Farmacêuticas . Porto Alegre: Artmed Ed., 2002.
3. CASTELLAN, G.W. Fundamentos de Físico-Química . Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.
4. MOORE, W.J. Físico-Química . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.
5. CHAGAS, A.P. Termodinâmica Química . Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Nome:		Código:
Anatomia e Fisiologia Humana		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Biologia Celular; Embriologia e Histologia Humana.
EMENTA:		
Introdução ao estudo de anatomia e fisiologia humana. Organização do corpo humano: anatomia e fisiologia dos sistemas orgânicos esquelético, articular, muscular, nervoso, endócrino, circulatório, respiratório, digestório, urinário, genital masculino e genital feminino.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. Corpo humano: fundamentos da anatomia e fisiologia . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 684 p.		
2. DANIELO, J. G.; FATTINI, C. A. (Colab.). Anatomia humana básica . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 757 p.		
3. SILVERTHORN, D.U. Fisiologia humana . 7. ed. Grupo A, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. CASTRO, S. V. Anatomia fundamental . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2005. 586 p.		
2. GARDNER, E.; GRAY, D. J. (Colab.). Anatomia: estudo regional do corpo humano . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 815 p.		
3. SOBBOTA, J.; PUTZ, R.; PABST, R. (Ed.). Sobotta: atlas de anatomia humana . 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 416 p.		
4. SPENCE, A. P. Anatomia humana básica . 2. ed. Barueri: Manole, 1991. 713 p.		
5. VAN DE GRAAFF, K. M. Anatomia humana . 6. ed. Barueri: Manole, 2003. 840 p.		

Nome:		Código:
Biologia Vegetal I		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Importância dos estudos na botânica; Diversidade e reprodução das plantas: Criptogamas e Fanerogamas; Desenvolvimento e morfologia de fanerógamas; formação de tecidos e principais órgãos - folha, caule, raiz, flor, fruto e semente. Conceitos e métodos taxonômicos. Código internacional de nomenclatura botânica. Categorias taxonômicas. Relações filogenéticas de ordens e famílias de plantas vasculares. Sistemas de classificação. Coleta e identificação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. APPEZZATO-DA-GLORIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S. M. (Colab.). Anatomia vegetal . 3. ed. Viçosa: UFV, 2012. 404 p.		
2. DONOGHUE, M. J. et al. (Colab.). Sistemática vegetal: um enfoque filogenético . 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009. 623 p.		
3. RAVEN, P. H.; EICHHORN, S. E.; EVERT, R. F. Biologia vegetal . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 830 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

1. ESAU, K. **Anatomia das plantas com sementes**. São Paulo: Blucher, 1974. 293 p.
2. GIULIETTI, A.M. et al. Diagnóstico da vegetação nativa do Bioma Caatinga. In: SILVA, J. D. et al. **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para conservação**. Brasília: MMA, 2014. p 48-90. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/18267/1/Biodiversidade_Caatinga_parte2.pdf>
3. GUREVITCH, J. **Ecologia vegetal**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 592 p.
4. NABORS, M. W. **Introdução à botânica**. 4. ed. São Paulo: Rocca, 2012. 646 p.
5. VIDAL, W. N.; VIDAL, M. R. R. (Colab.). **Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos**. 4. ed. Viçosa: UFV, 2003. 124p.

Nome:		Código:
Evolução		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Genética
EMENTA:		
Teorias da evolução. Métodos de estudo da evolução. Sistemas adaptativos. Seleção natural e artificial. Fontes de variação. Processo de especiação. Mecanismo de isolamento. Modos de especiação. Tendências evolutivas. Evolução molecular.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FREEMAN, S.; HERRON, J. C. Análise evolutiva. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 848 p. 2. FUTUYMA, D. J. Biologia evolutiva. 2. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002. 631 p. 3. RIDLEY, M. Evolução. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 752 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DAWKINS, R. Gene egoísta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 544 p. 2. DAWKINS, R. A grande história da evolução: na trilha dos nossos ancestrais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 760 p. 3. LEWIN, R. Evolução humana. São Paulo: Atheneu Editora, 1999. 526 p. 4. MATIOLI, S. R. (Ed.). Biologia molecular e evolução. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2012. 256 p. 5. MEYER, D. Evolução. O Sentido da Biologia. São Paulo: UNESP. 2005. 132 p. 		

Nome:		Código:
Estágio Supervisionado I		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
0.0.9	135h	---
EMENTA:		
Estágio de observação e regência (coparticipação, autônoma e/ou com pesquisa) no Ensino Fundamental, com carga horária distribuída da seguinte maneira: observação do funcionamento escolar (35h) e dos processos didáticos pedagógicos utilizados por professores de Ciências do Ensino Fundamental (35h), regência na área de Ciências (65h).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL. Ministério da Educação. Lei que regulamenta o Estágio Supervisionado – 11. 788/2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil>. 2. PIMENTA, S. G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p. 3. UFPI. Resolução CEPEX ° 177\12. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí, de 05 de novembro de 2013. Disponível em: http://ufpi.br/arquivos/normas/CEPEX. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BIANCHI, A. C. M.; BIANCHI, R.; ALVARENGA, M. (Colab.). Estágio supervisionado: manual de orientação. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2003. 98 p. 2. CARVALHO, A.M.P. Os estágios nos cursos de licenciatura. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 3. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p. 4. PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 128 p. 5. PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Colab.). Professor reflexivo no Brasil: gene e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 224 p. 		

6º PERÍODO

Nome: Metodologia do Ensino de Química		Código:
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-Requisitos: Didática Geral
EMENTA: Contextualização histórica do ensino de Química. Tendências do ensino de Química. Organização do trabalho pedagógico em Química. Técnicas em ensino de Química s. Diretrizes curriculares para o ensino de Química. Materiais didáticos e paradidáticos de ensino de Química. Conteúdos e metodologias de Química para o Ensino Fundamental e Médio: seleção, sequência e abordagens. Avaliação da aprendizagem em Química.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 1998. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. P. Metodologia do ensino de ciências. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994. CARVALHO, A. M. P. de (org.) et al. Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> FROTA-PESSOA, O.; GEVERTZ, R.; SILVA, A. G. Como ensinar ciências. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1985. NARDI, R. (org.) Educação em ciências: da pesquisa à prática docente. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2001. (Coleção Educação para a ciência). CADERNO BRASILEIRO DE ENSINO DE FÍSICA. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984- Quadrimestral. Textos escolhidos. INVESTIGAÇÕES EM ENSINO DE CIÊNCIAS. Porto Alegre: IF-UFRGS. Quadrimestral. Textos escolhidos. REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA. São Paulo: SBF, 1979- . Trimestral. Textos escolhidos 		

Nome: Termodinâmica e Óptica		Código:
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-Requisitos: Matemática para o Ensino de Ciências
EMENTA: Medições de temperatura. Calor. Dilatação térmica. Gás ideal. Leis da Termodinâmica. Ondas. Reflexão. Refração. Natureza da Luz.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K.S., Física. 5. ed. v. 2, 4. Rio de Janeiro: LTC Ltda, 2013. OKUNO, E; CALDAS, I. L; CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1982. YOUNGH. D.; FREEDMAN R.A. Física. 14. ed. v. 2, 4. São Paulo: <i>Pearson Education</i> do Brasil, 2016. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> NEWTON, V. B.; HELOU, D.; GUALTER, J. B. Tópicos de Física. 2. ed. v. 2. São Paulo, Editora Saraiva, 2008. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. Os Fundamentos da Física. 8. ed. v. 2. São Paulo, Editora Moderna, 2003. ALBERTO, G. Física. 1. ed. v. 1, 2, 3. São Paulo: Ática, 2007. PENTEADO, P. C. M.; TORRES, C. M. Física – Ciência e Tecnologia. 1. ed. v. 2. São Paulo, Editora Moderna, 2005. DURÁN, J.E.R. Biofísica: Fundamentos e Aplicações. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2003. 		

Nome: Biologia Animal I		Código:
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-Requisitos: ---
EMENTA:		

Importância da Zoologia. Características da Zoologia. Regras de nomenclatura zoológica. Características gerais, classificação e fisiologia dos filos: Porifera, Cnidaria, Platyhelminthes, Nematoda, Mollusca, Annelida, Arthropoda e Chinodermata. Hipóteses de relacionamento entre os grupos “basais” de invertebrados. Relacionamento entre os principais de grupos de artrópodes (Hipótese Ecdysozoa vs. Articulata).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. BARNES, R. S. K. et al. (Colab.). **Invertebrados: uma síntese**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 495 p.
2. BRUSCA, R. C.; BRUSCA, G. J. **Invertebrados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 1092 p.
3. RUPPERT, E. E.; FOX, R. S.; BARNES, R. D. (Colab.). **Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva**. 7. ed. São Paulo: Roca, 2005. 1145 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. AZEVEDO, A. C. P.; HENNIG, G. J. **Zoologia**. 6. ed. Porto Alegre: Sagra, 1983. 318 p.
2. FRANZOZO, A.; NEGREIROS-FRANZOZO, M.L. **Zoologia dos invertebrados**. São Paulo: Roca. 2016. 716p.
3. PAPAVERO, N. **Fundamentos Práticos de Taxonomia Zoológica**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. 285 p.
4. RIBEIRO-COSTA, C. S.; ROCHA, R. M. (Colab.). **Invertebrados: manual de aulas práticas**. 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 271 p.
5. STORER, T. I. et al. **Zoologia geral**. 6. ed. São Paulo: Nacional, 2000. 816 p.

Nome:		Código:
Biologia Vegetal II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Biologia Vegetal I
EMENTA:		
Fisiologia Vegetal. Célula vegetal. Fotossíntese. Fotorrespiração. Respiração. Limitações fisiológicas da produção vegetal. Dinâmica do crescimento e do desenvolvimento: Fitohormônios, efeitos fisiológicos e modo de ação. Fotoperíodo. Relações água-planta-		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. KERBAURY, G. B. Fisiologia vegetal . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 431 p.		
2. RAVEN, P. H.; EICHHORN, S. E.; EVERT, R. F. Biologia vegetal . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 830 p.		
3. TAIZ, L.; ZEIGER, E. (Colab.). Fisiologia vegetal . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 918 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. APPEZZATO-DA-GLORIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S. M. (Colab.). Anatomia vegetal . 3. ed. Viçosa: UFV, 2012. 404 p.		
2. DONOGHUE, M. J. et al. (Colab.). Sistemática vegetal: um enfoque filogenético . 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009. 623 p.		
3. GUREVITCH, J. Ecologia vegetal . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 592 p.		
4. NABORS, M. W. Introdução à botânica . 4. ed. São Paulo: Rocca, 2012. 646 p.		
5. VIDAL, W. N.; VIDAL, M. R. R. (Colab.). Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos . 4. ed. Viçosa: UFV, 2003. 124p.		

Nome:		Código:
Eletromagnetismo		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Matemática para o Ensino de Ciências
EMENTA:		
Carga elétrica. Potencial elétrico. Corrente elétrica. Circuito elétrico. Magnetismo. Eletromagnetismo. Campo elétrico		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K.S. Física . 5. ed. v. 3. Rio de Janeiro: LTC Ltda, 2012.		
2. YOUNG H. D.; FREEDMAN R.A. FÍSICA III - ELETROMAGNETISMO . 14. ed. v. 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.		
3. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. Os Fundamentos da Física . 8 ed. v. 3. São Paulo, Editora Moderna, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

1. GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B.; HELOU, D. **Tópicos de Física**. 1. ed. v. 3. São Paulo, Editora Saraiva, 2007.
2. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. **Os Fundamentos da Física**. 8 ed. v. 3. São Paulo, Editora Moderna, 2003.
3. ALBERTO, G. **Física**. 1. ed. v. 1, 2, 3. São Paulo: Ática, 2007.
4. GONÇALVES, D. **Física: Eletricidade, Eletromagnetismo, Corrente alternada**. 3. ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.
5. PENTEADO, P. C. M.; TORRES, C. M. **Física – Ciência e Tecnologia**. 1. ed. v. 3. São Paulo, Editora Moderna, 2005.

Nome:		Código:
Estágio Supervisionado II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
0.0.9	135h	Estágio Supervisionado I
EMENTA:		
Estágio de observação e regência (coparticipação, autônoma e/ou com pesquisa) no Ensino Médio, com carga horária distribuída da seguinte maneira: observação dos processos didáticos pedagógicos utilizados por professores de Biologia (15h) e Química (30h), regência na área de Biologia (30h) e regência na Área de Química (60h).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais (Ensino Médio): Parte III – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias . Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf >		
2. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino: os estágios na formação do professor . São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.		
3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do Ensino de Ciências . 2. ed. São Paulo. Cortez, 1997. 207 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+) - Ciências da Natureza e suas Tecnologias . Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf .		
2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica . Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file >		
3. CUNHA, M. I. Bom professor e sua prática . Campinas: Papyrus, 1997. 182 p.		
4. MENDES SOBRINHO, J.A.C. (Org.). Formação e prática pedagógica: diferentes contextos de análises . Teresina: EDUFPI, 2007. 255 p.		
5. PIMENTA, S. G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.		

7º PERÍODO

Nome:		Código:
Metodologia do Ensino de Física		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Didática Geral
EMENTA:		
Laboratório e oficinas de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das Novas Tecnologias em Educação (Internet/TV Escola). Estratégias do ensino de Física. Organização do trabalho pedagógico no ensino de Física. Diretrizes curriculares para o ensino de Física. Avaliação da aprendizagem em Física.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

1. CARVALHO, A. M. P. **Prática de ensino**: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.
2. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. (Coord.). **Metodologia do ensino de ciências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p.
3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. (Colab.). **Ensino de ciências**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. BORGES, O. Formação inicial de professores de Física: Formar mais! Formar melhor! **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 28, n. 2, p. 135-142, 2006. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=forma%C3%A7%C3%A3o+inicial+de+professores+de+f%C3%ADsica+formar+mais+formar+melhor>>
2. KAWAMURA, M. R. D.; HOSOUME, Y. A Contribuição da Física para um Novo Ensino Médio. **Física na Escola**, v. 4, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.sbfisica.org.br/fne/Vol4/Num2/v4n2a09.pdf>>
3. MENDES SOBRINHO, J. A. C.; RODRIGUES, C. A. F. O ensino de física na escola média: tendências contemporâneas. In: III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2004, Teresina. **Atas do III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI**. Teresina: EDUFPI, 2004. p. 1-12. Disponível em: <<http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT14/GT8.PDF>>
4. ROSA, C. W.; DARROZ, M. L.; MARCANTE, T. E. A avaliação no ensino de Física: práticas e concepções dos professores. **Revista Electrónica de Investigación em Educaci3n em Ciencias**, v. 7, n. 2, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-66662012000200005>
5. SOUZA, N. A.; BORUCHOVITCH, E. Mapas conceituais: estratégia de ensino. **Educação em Revista**, v. 26, n. 3, p. 195-218, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000300010>

Nome:		Código:
Bioquímica para o Ensino de Ciências		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Química Orgânica
EMENTA:		
Introdução à Bioquímica, biologia celular, água, biomoléculas, enzimas, bioenergética, introdução ao metabolismo celular, metabolismo das macromoléculas, fotossíntese, ácidos nucleicos. Estudo das enzimas, incluindo cinética, inibição, regulação, coenzimas e vitaminas. Princípios de bioenergética. Transmissão da informação do código genético. Noções de Biologia Molecular e Biotecnologia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. DOSE, K. Bioquímica . São Paulo: Entrelinhas, 1982. 296 p.		
2. MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. (Colab.). Bioquímica básica . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 386 p.		
3. NELSON, D. L., COX, M. M., LEHNINGER, A. L. (Colab.). Lehninger : princípios de bioquímica. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2011. 1273 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. CAMPBELL, M. K. Bioquímica . 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. 752 p.		
2. PRATT, C. W.; CORNELLY, K. (Colab.). Bioquímica essencial . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 716 p.		
3. REMIÃO, J. O. R.; SIQUEIRA, A. J. S.; AZEVEDO, A. M. P. Bioquímica : guia de aulas práticas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 214 p.		
4. TAKEMURA, M.; SAWA, O. Guia mangá de bioquímica . São Paulo: NOVATEC, 2012. 272 p.		
5. VOET, D.; VOET, J. G., PRATT, C. W. (Colab.). Fundamentos de bioquímica : a vida em nível molecular. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008. 1241 p.		

Nome:		Código:
Biologia Animal II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	Biologia Animal I
EMENTA:		

Característica gerais e fisiologia dos grupos: Filo Hemichordata, Filo Chordata (Sub-filos Cephalochordata, Urochordata e Vertebrata), Chondrichthyes, Actinopterygii, Sarcopterygii, Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia. Nutrição, metabolismo energético, crescimento e desenvolvimento, princípios gerais de circulação, regulação da temperatura, excreção, movimento de Hemichordata, Cephalochordata, Urochordata, Agnatha, Chondrichthyes, Actinopterygii e Sarcopterygii. Nutrição, metabolismo energético, crescimento e desenvolvimento, princípios gerais de circulação, regulação da temperatura, excreção, movimento de Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia. Evolução das linhagens de vertebrados: Anapsida, Synapsida, Euriapsida, Diapsida (Infraclasse Ichthyosauria, Infraclasse Lepidosauromorpha e Infraclasse Archosauromorpha), Parareptilia. Origem e evolução dos Tetrapoda.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
1. HILDEBRAND, M.; GOSLOW, G. (Colab.). Análise da estrutura dos vertebrados . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006. 637 p. 2. ORR, R. T. Biologia dos vertebrados . 5. ed. São Paulo: Roca, 1986. 508 p. 3. POUGH, F. H. Vida dos vertebrados . 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 684 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. BENEDITO, E. Biologia e Ecologia de Vertebrados . São Paulo: Roca. 2015. 244 p. 2. BRADSHAW, D. Ecofisiologia Dos Vertebrados - Uma introdução aos seus Princípios e aplicações. Curitiba: Santos. 2007. 286 p. 3. HICKMAN JR., C. P. et al. Princípios integrados de zoologia . 16. ed. Rio de Janeiro: Ganabara Koogan, 2016. 1405 p. 4. KARDONG, K. V. Vertebrados - Anatomia Comparada, Função e Evolução. São Paulo: Roca. 2016. 824 p. 5. STORER, T. I. et al. Zoologia geral . 6. ed. São Paulo: Nacional, 2000. 816 p.

Nome: Mecânica		Código:
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-Requisitos: Matemática para o Ensino de Ciências
EMENTA: Medições. Cinemática. Leis de Newton. Gravitação. Trabalho e Energia. Estática dos Fluidos. Conservação do Movimento Linear.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
1. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K.S. Física . 5. ed. v. 1. Rio de Janeiro: LTC Ltda, 2013. 2. OKUNO, E.; CALDAS, I. L.; CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas . São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1982. 3. YOUNGH, D.; FREEDMAN R.A. FÍSICA I - MECÂNICA . 14. ed. v. 1. São Paulo: <i>Pearson Education</i> do Brasil, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. HELOU, D.; GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B. Tópicos de Física . 2. ed. v 1. São Paulo, Editora Saraiva, 2008. 2. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. Os Fundamentos da Física . 8. ed. v. 1. São Paulo, Editora Moderna, 2003. 3. ALBERTO, G. Física . 1. ed. v. 1, 2, 3. São Paulo: Ática, 2007. 4. PENTEADO, P. C. M.; TORRES, C. M. Física – Ciência e Tecnologia . 1ª edição, v. 1. São Paulo, Editora Moderna, 2005. 5. DURÁN, J.E.R. Biofísica: Fundamentos e Aplicações . São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2003.		

Nome: Trabalho de Conclusão de Curso I		Código:
Créditos: 3.1.0	Carga Horária: 60h	Pré-Requisitos: Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo
EMENTA: A pesquisa em educação do campo e ensino de ciências. Pesquisas bibliográficas. Projetos de pesquisa: elaboração e desenvolvimento. Elaboração de instrumentos de pesquisa. Elaboração e aprovação do projeto relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

<p>1. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p.</p> <p>2. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.</p> <p>3. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>1. BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 127 p.</p> <p>2. KOCHER, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.</p> <p>3. MARCANTONIO, A. T.; LEHFELD, N. A. S.; SANTOS, M. M. (Colab.). Elaboração e divulgação do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1993. 92 p.</p> <p>4. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. (Colab.). Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p.</p> <p>OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001. 320 p.</p>

Nome:		Código:
Estágio Supervisionado III		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
0.0.9	135h	Estágio Supervisionado II
EMENTA:		
Estágio de observação e regência (coparticipação, autônoma e/ou com pesquisa) no Ensino Médio, com carga horária distribuída da seguinte maneira: observação dos processos didáticos pedagógicos utilizados por professores de Biologia (15h) e Física (30h), regência na área de Biologia (30h) e regência na Área de Física (60h).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 138 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf></p> <p>2. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.</p> <p>3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do Ensino de Ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Meio Ambiente). Brasília: MEC/SEF, 1997. 76 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf></p> <p>2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Pluralidade Cultural). Brasília: MEC/SEF, 1997. 52 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf></p> <p>3. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Saúde). Brasília: MEC/SEF, 1997. 42 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf></p> <p>4. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Orientação Sexual). Brasília: MEC/SEF, 1997. 52 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf></p> <p>5. PIMENTA, S.G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.</p>		

8º PERÍODO

Nome:		Código:
Química Experimental		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
1.3.0	60h	Química Básica
EMENTA:		

Segurança no Laboratório Químico. Materiais de laboratório. Operações com vidrarias e equipamentos. Montagem de aparelhagens. Equipamentos de segurança coletivos e individuais. Produtos químicos perigosos, classificação, manuseio e estocagem. FISPQ (Ficha de informação de segurança de produtos químicos). Simbologia de risco para produtos perigosos. Diamante de Hommel. Estocagem e descarte de resíduos de laboratório químico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. GOLGHER, M. **Segurança em Laboratório**. Belo Horizonte: Editora Lutador (CRQ-MG), 2006.
2. OLIVEIRA, E.A. **Aulas Práticas de Química**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
3. FERRAZ, F.C.; FEITOZA, A.C. **Técnicas de Segurança em Laboratórios**: Regras e Práticas. Editora Hemus, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. OLIVEIRA, E.A. **Aulas Práticas de Química**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
2. BESSLER, K.E; NEDER, A.V.F. **Química em Tubos de Ensaio**. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.
3. CHRISPINO, A.; FARIA, P. **Manual de Química Experimental**. Campinas: Editora Átomo, 2010.
4. LEITE, F. **Amostragem Fora e Dentro do Laboratório**. Campinas: Editora Átomo, 2005.
5. ZUBRICK, J.W. **Manual de Sobrevivência no Laboratório de Química Orgânica**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

Nome:		Código:
Ética e Educação		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
<p>Conceito de ética. Noções sobre Ética, Moral e Direito. Ética e Cidadania. Formação do sujeito moral. Teorias éticas. Ética na profissão docente. Formação ética e política do educador. Conceito e Princípios filosóficos da Bioética. Temas atuais da bioética. Ética do cuidar e da solidariedade do campo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. GOERGEN, P. Pós-modernidade, ética e educação. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 95 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 79) 2. PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. (Colab.). Problemas atuais de bioética. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 584 p. 3. RIOS, T. A. Ética e competência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 86 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 134 p. 2. IMBERT, F. Questão da ética no campo educativo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 142 p. 3. INCONTRI, D. Pestalozzi: educação e ética. São Paulo: Scipione, 1996. 183 p. 4. RIBEIRO, R. M. B. et al. (Org.). Ética, sociabilidade e educação. 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2015. 238 p. 5. VÁSQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 304 p. 		

Nome:		Código:
Agroecologia e Campesinato		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
<p>Campesinato, agricultura familiar, aquicultores e pescadores artesanais. Persistência ou desaparecimento das formas camponesas no capitalismo. Agroecologia, princípios e experiências. Campesinato, conhecimento local e desenvolvimento rural sustentável. Tecnologias socioambientais para agricultura familiar e sistemas agroflorestais. Produção de conhecimento e identificação do conhecimento local. Agroecologia como estratégia de desenvolvimento dentro da dimensão política. Transição da agricultura/aquicultura/pesca convencional para a sustentável ou agroecológica.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 2. AQUINO, Adriana Maria de, ASSIS, Renato Linhares de Assis. Agroecologia: princípios, técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. EMBRAPA, 2005. 3. LOVATO, Paulo Emílio, SCHMIDT, Wilson (orgs.). Agroecologia e sustentabilidade no meio rural. São Paulo: Argos, 2006. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

1. ALTIERI, M. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: ASPTA/FASE, 1989.
2. DIEGUES, Carlos. Povos e mares: leituras em sócio – antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.
3. EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Marco referencial da agroecologia brasileira de pesquisa agropecuária. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
4. GONZALEZ DE MOLINA, M. (1992): “Agroecología: Bases Teóricas para una Historia Agraria Alternativa”. en: Rev. Agroecología y Desarrollo, nº 4, Diciembre, 1992. pp. 22-31.
5. GRAZIANO DA SILVA, J. (1987): “Uma agricultura alternativa ou um Capitalismo Verde”. en: Rev. Ciência & Ambiente, nº 6, ano IV, Janeiro/Junho de 1993. pp. 7-20.

Nome:		Código:
Libras		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
2.2.0	60h	---
EMENTA:		
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo dos surdos em libras. São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 2. GESSER, A. Libras?: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Párola Editorial, 2009. 88 p. 3. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BOTELHO, P. Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos. Editora Autentica. Minas Gerais. 712. 1998 2. FERNANDES, E. (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005. 103 p. 3. LIMA, M. S. C. Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito. Campinas: IEL/UNICAMP, 2004. 261 p. (Tese de Doutorado). 4. SACKS, O. W. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 200 p. 5. SKLIAR, C. (ORG). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Meidação, 2010. 		

Nome:		Código:
Trabalho de Conclusão de Curso II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:
1.3.0	60h	TCC I
EMENTA:		
Coleta de dados de pesquisa. Tratamento e análise de dados. Desenvolvimento do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração e apresentação de monografia relativa ao Trabalho de Conclusão de Curso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALVEZ, M. Como escrever teses e monografias: um roteiro passo-a-passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 114 p. 2. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p. 3. MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias. São Paulo: Atlas, 1992. 90 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. KOCH, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p. 2. MARCANTONIO, A. T.; LEHFELD, N. A. S.; SANTOS, M. M. (Colab.). Elaboração e divulgação do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1993. 92 p. 3. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. (Colab.). Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p. 4. OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001. 320 p. 5. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 425 p. 		

6.1 Disciplinas Optativas

7 INFRAESTRURA FÍSICA

7.1 Instalações, equipamentos

7.1.1 Laboratórios da Área de Ciências

Dentre os diversos laboratórios disponíveis na área de ciências, estão os de Genética e Biologia Molecular, Microscopia, Histologia, Botânica, Zoologia, Ecologia Geral, Química, Biofísica, o Laboratório de Células e Moléculas, e os laboratórios da Estação de Piscicultura da UFDPAr.

Os laboratórios estão equipados com agitadores magnéticos com aquecimento, agitadores de Kline, analisador hematológico de 19 parâmetros, balanças analíticas, banhos-maria, cabines de segurança biológica, chapa aquecedora, espectrofotômetros UV/VIS, estufa bacteriológica, fontes e cubas de eletroforese (verticais e horizontais), microscópios e lupas, pHmetros, refrigeradores e freezers, sistema de fotodocumentação, termocicladores, microscópios ópticos e estereoscópicos, micrótomos, e vidrarias e reagentes variados. A sala de lavagem e esterilização é composta por autoclaves, cabine de segurança biológica, estufa de secagem e esterilização e destilador de água.

O Laboratório de Bioecologia Pesqueira dispõe de estufas, autoclaves, balanças analíticas, microscópios, câmaras assépticas, aquários e tanques, aeradores, termômetros, pHômetros, oxímetros, filtros, destiladores, tanques, amostradores bentônicos e planctônicos, dentre outros equipamentos necessários para a coleta e análise de organismos e habitats aquáticos. Na Estação de Piscicultura são mantidas cultivos de microalgas, zooplâncton e peixes. Além disso, a UFDPAr conta com um barco disponível para expedições em rios ou em mar aberto.

7.1.2 O Laboratório de Ensino de Biologia

O Laboratório de Ensino de Biologia dispõe de carteiras individuais, bem como mesas redondas, quadro branco e projetor de slides, e uma bancada de granito com pia, permitindo

configurar a sala para diversas atividades didáticas, além de possuir um acervo de livros didáticos do ensino básico para consulta e análise. O Laboratório de Ensino de Biologia abriga ainda diversos modelos e jogos didáticos para a área de ciências biológicas.

7.1.3 As Coleções Biológicas

A UFDPPar disponibiliza ainda o Herbário HDELTA e a Coleção Zoológica do Delta do Parnaíba (CZDP), para arquivar os testemunhos dos trabalhos científicos. O HDELTA dispõe de da Coleção de Angiospermas, Algas e Fungos e da Carpoteca. Além disso, a CZDP e HDELTA possuem também acervos de didáticos, de exemplares que podem ser emprestados para atividades escolares. O HDELTA mantém ainda o Horto de Plantas Medicinais, Alimentícias e Ornamentais. O acervo do Herbário HDELTA e da CZDP estão ambos cadastrados na rede SpecieLink.

7.1.4 O Laboratório de Anatomia

Herbário

Coleção Zoológica

Estação de Aquicultura (Projeto Quintais Agroecológico)

Museu da Vila

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE

7.2 Biblioteca

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ÁLVAREZ-MÉNDEZ, Juan Manuel. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BEZERRA, Moisés de Jesus Prazeres dos Santos; FOSTER, Eugénia da Luz Silva; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. A formação de professores em perspectiva afrorreferenciada: Análise teórica e epistemológica. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía [et al.] (Orgs.). Formação inicial e continuada de professores/as: 1.ed. diálogos sobre relações étnico-raciais e escola [livro eletrônico] 1. ed. – Curitiba-PR, Editora Bagai, 2022, p. 44-53.

BRASIL. LEI nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. *Diário Oficial da União*, 20 jul. 2010.

CRUZ, Priscila de Fátima SAVEDRA da; BINDA, Nilson. Contribuições da pedagogia da alternância para a educação do campo no vale do Rio Pardo. Artigo (Especialização em Educação do Campo). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), 2021.

MARTI, José. O campo da educação do campo. In: Por uma educação do Campo. PACHECO, José Augusto. Escritos Curriculares. São Paulo: Cortez, 2005.

NOSELLA, P. As origens da Pedagogia da Alternância. UNEFAB: Brasília, 2007.

SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar: critérios e instrumentos. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TORRES, Denise Xavier. Tensões entre avaliações e educação do campo: disputas nas fronteiras da validação do currículo / Denise Xavier Torres. – Recife, 2018.

UFPI. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Resolução Nº 177/2012. Regulamento Geral da Graduação. Organizado pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), 2018.

UFDPAR. UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021-2024. Parnaíba (PI): UFDPAR, 2021.

UFDPAR. PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS - PRAE. Assistência Estudantil. PRAE/UFDPAR, 2022. Disponível em: Assistência Estudantil (ufpi.br). Acesso em: 23 set. 2023.

AZEVEDO, James Ribeiro de; DANTAS, Jussara Silva; FARIAS, Maryzélia Furtado de (Orgs.). Análise sobre a política territorial no Baixo Parnaíba-MA. São Luís: EDUFMA, 2016.

CEPRO/SEPLAN. Produto Interno Bruto dos territórios do Piauí no ano de 2019. Disponível: http://www.cepro.pi.gov.br/download/202206/CEPRO07_c34ded3336.pdf. Acesso: 12/06/2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

LISBOA, Amanda de Oliveira; SOUSA, Joyce Érica Amaral; SANTOS, Luana Appel dos; MIRANDA, Aurora Amélia de. Territórios vivos: a Política de Assistência Social e os conflitos socioambientais no Baixo Parnaíba/MA. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2021. Disponível: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_941_941612bf2931e706.pdf. Acesso: 10/04/2023.

LIMA, Maria de Jesus Gomes de Análise das condições de vida no território rural planície litorânea / Maria de Jesus Gomes de Lima.- 2014.

SANTANA, Jullyane Frazão; MEDEIROS, Lucineide Barros; GONÇALVES, Marli Clementino. O Direito à Educação do Campo no estado do Piauí no contexto do FUNDEB. In: FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, v. 10, n. 29, 2020. Disponível: <http://dx.doi.org/10.22491/fineduca-2236-5907-v10-103676>. Acesso: 20/05/2023.

SEBRAE/ PROGRAMA LIDER/Planície Litorânea. Agenda de desenvolvimento econômico regional, 2020. Disponível: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PI/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Agenda%20de%20Desenvolvimento%20Economico%20Regional.pdf>. Acesso: 10/07/2023.

MACEDO, Flávio Xavier de; AMORIM, Livia dos Reis; SILVA, Luciana Alexandre do Nascimento. Educação do campo: contribuições do educador Paulo Freire. Anais, Congresso Nacional da Educação, 7. Educação como (re)existência: mudanças, conscientização e conhecimentos. Maceió, AL: 2020.

SILVA FILHO, Luiz Gomes da. Educação do campo e pedagogia Paulo Freire na atualidade: um olhar sobre o currículo do curso de Pedagogia da Terra da UFRN. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

Marcos legais:

LDBEN 9394/96; Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002; Resolução CNE/CP 1, de 19 de fevereiro de 2002; Parecer CNE/CEB Nº: 1/2006; Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010; Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB N 1 – de 3 de abril de 2002.

ANEXO I – FLUXOGRAMA

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias:		
Disciplinas Optativas		
Trabalho de Conclusão de Curso:		
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório:		
TOTAL:		

ANEXO II – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ANEXO III – MANUAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)